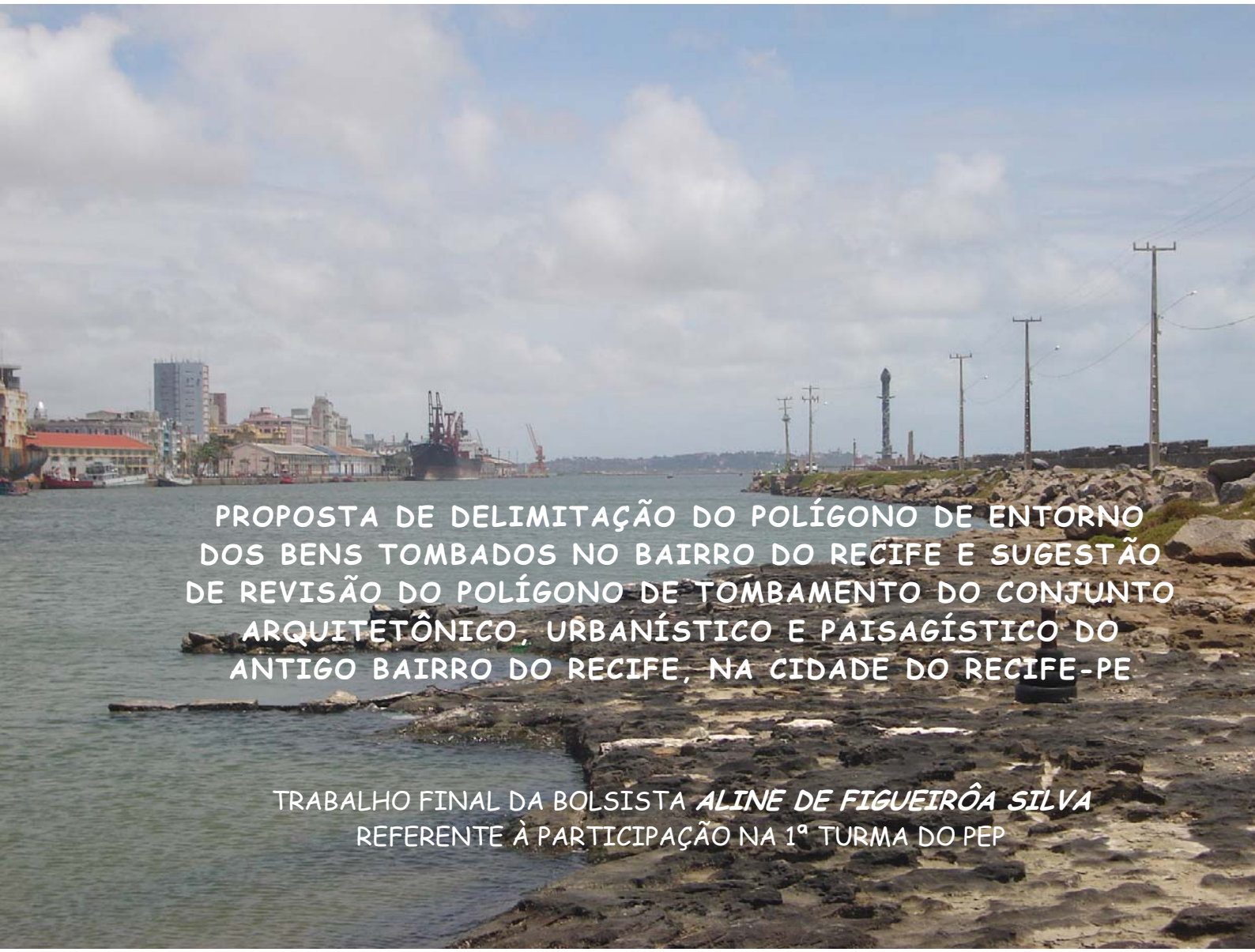
PEP IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional UNESCO

PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM PATRIMÔNIO IPHAN/UNESCO – PEP
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO



PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DO POLÍGONO DE ENTORNO DOS BENS TOMBADOS NO BAIRRO DO RECIFE E SUGESTÃO DE REVISÃO DO POLÍGONO DE TOMBAMENTO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO, URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO DO ANTIGO BAIRRO DO RECIFE, NA CIDADE DO RECIFE-PE

TRABALHO FINAL DA BOLSISTA ***ALINE DE FIGUEIRÔA SILVA***
REFERENTE À PARTICIPAÇÃO NA 1ª TURMA DO PEP

UNIDADE DO IPHAN/UF: 5ª SR/PE
SUPERINTENDENTE: FREDERICO FARIA NEVES ALMEIDA
SUPERVISORA/CHEFE DE DIVISÃO TÉCNICA: FERNANDA GUSMÃO

PEP IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional UNESCO

PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM PATRIMÔNIO IPHAN/UNESCO – PEP
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO

PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DO POLÍGONO DE ENTORNO DOS BENS TOMBADOS NO BAIRRO DO RECIFE E SUGESTÃO DE REVISÃO DO POLÍGONO DE TOMBAMENTO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO, URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO DO ANTIGO BAIRRO DO RECIFE, NA CIDADE DO RECIFE-PE

TRABALHO FINAL DA BOLSISTA ***ALINE DE FIGUEIRÔA SILVA***
REFERENTE À PARTICIPAÇÃO NA 1ª TURMA DO PEP

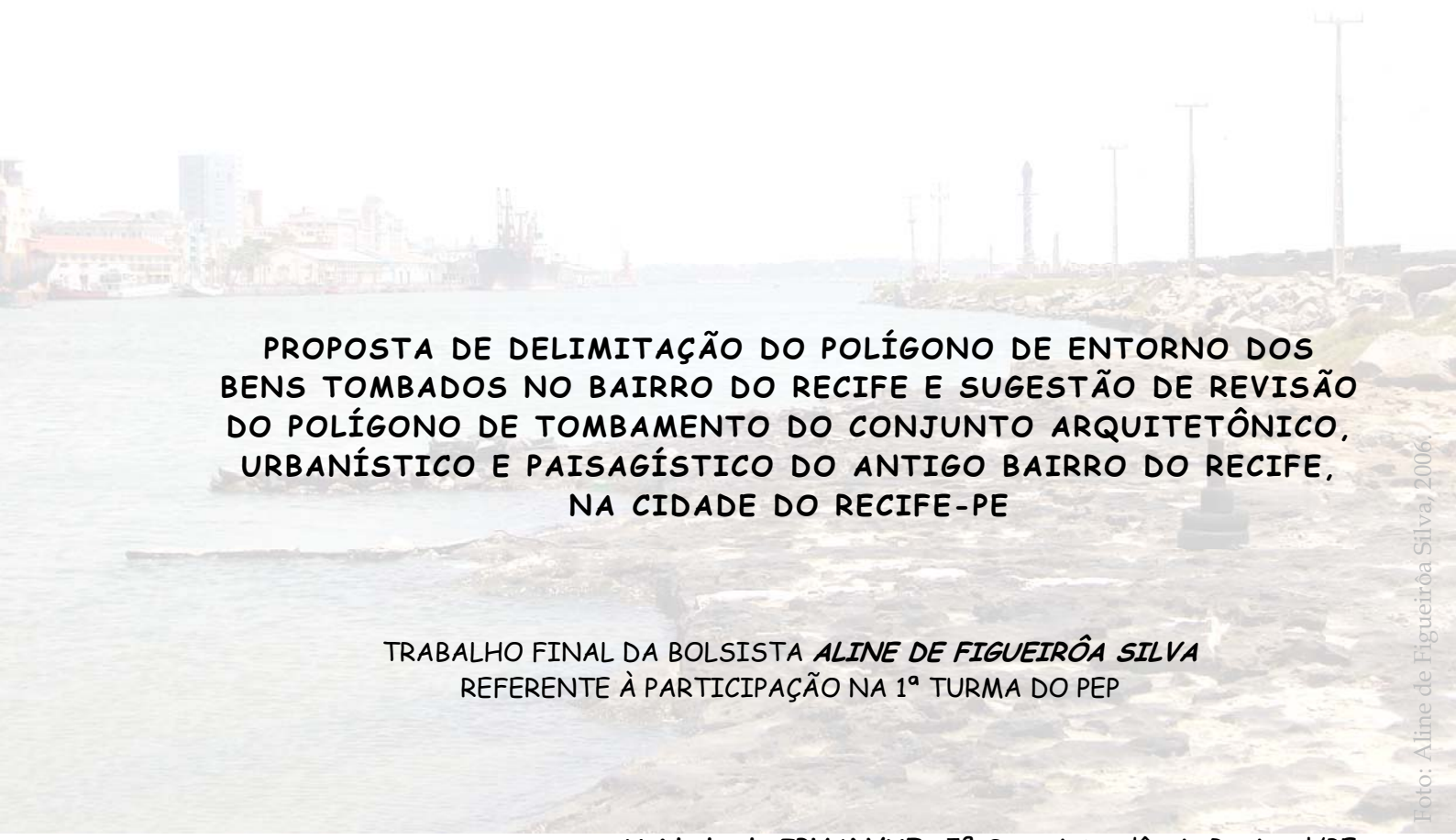


Foto: Aline de Figueirôa Silva, 2006.

Unidade do IPHAN/UF: 5ª Superintendência Regional/PE
Superintendente: Frederico Faria Neves de Almeida

Supervisora: Fernanda Gusmão
Profissão: Arquiteta e Urbanista
Função: Chefe de Divisão Técnica

Bolsista: Aline de Figueirôa Silva
Profissão: Arquiteta e Urbanista

Arqueólogo: Paulo Tadeu de Souza Albuquerque
Estagiária: Ana Carolina Puttini

Recife, 13 de fevereiro de 2006.

PEP IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional UNESCO

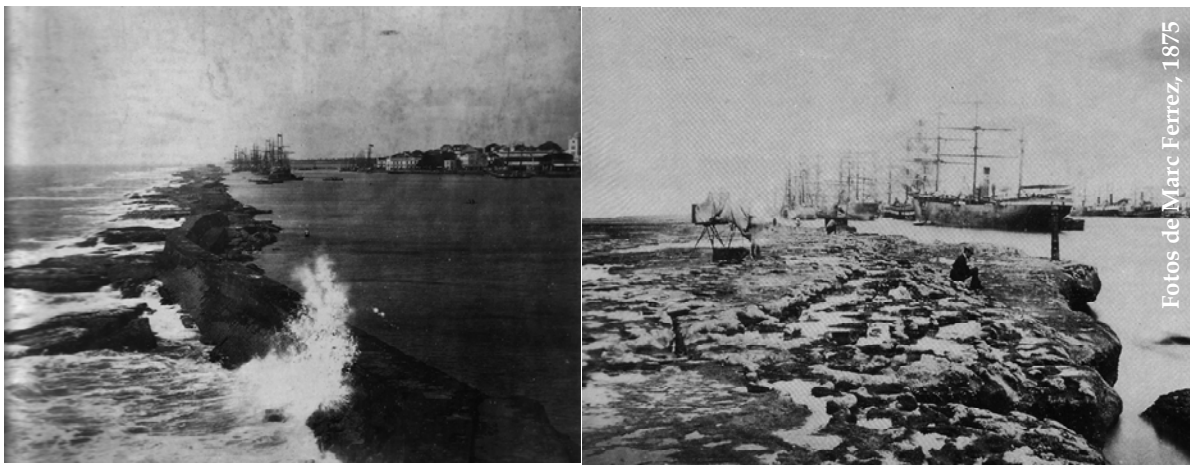
PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM PATRIMÔNIO IPHAN/UNESCO – PEP
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO

PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DO POLÍGONO DE ENTORNO DOS BENS TOMBADOS NO BAIRRO DO RECIFE E SUGESTÃO DE REVISÃO DO POLÍGONO DE TOMBAMENTO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO, URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO DO ANTIGO BAIRRO DO RECIFE, NA CIDADE DO RECIFE-PE

TRABALHO FINAL DA BOLSISTA ***ALINE DE FIGUEIRÔA SILVA***
REFERENTE À PARTICIPAÇÃO NA 1ª TURMA DO PEP

Foto: Aline de Figueirôa Silva, 2006.

Recife, 13 de fevereiro de 2006.



Fotos de Marc Ferrez, 1875

"(...) E o oceano vem se quebrar diante dele em um lençol de espumas por sobre o extenso recife que o guarda como uma trincheira, genuflexo, imenso, onde o eterno aluidor de terras se ajoelhará ainda por séculos (...)".

Joaquim Nabuco, citado por Mario Sette em 1948.

APRESENTAÇÃO

O presente documento refere-se à proposta de delimitação do polígono de entorno dos bens tombados no Bairro do Recife e à sugestão de revisão do polígono de tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife, a partir do estudo de caso das quadras delimitadas pela Rua do Brum, na cidade do Recife-PE. O trabalho é resultado de estudo desenvolvido na 5ª Superintendência Regional do IPHAN por ocasião do Programa de Especialização em Patrimônio IPHAN/UNESCO, ocorrido entre março de 2005 e fevereiro de 2006.

SUMÁRIO

Introdução

1. A área de estudo: o Bairro do Recife
1.1 A formação urbana
1.2 A legislação e outros instrumentos de preservação

2. A Metodologia
2.1 O método
2.2 Os procedimentos metodológicos

3. A proposta de delimitação do polígono
3.1 A caracterização das Unidades de Paisagem
3.2 A descrição do Polígono de Entorno

4. A sugestão de ampliação do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife: Estudo de caso Rua do Brum
3.1 O estudo de caso
3.2 A descrição do Polígono ampliado

Considerações finais

Referências Bibliográficas

Introdução

Ao longo do tempo decorrido desde sua criação, a atuação do IPHAN na preservação do patrimônio histórico e artístico nacional em muito se expandiu para salvaguardar uma grande quantidade de bens constituintes do conjunto maior do patrimônio cultural, que hoje abarca as dimensões material (tangível) e imaterial (intangível).

Em relação ao patrimônio material, a ação do Instituto hoje incide sobre um diversificado universo de bens, por conta da ampliação do quadro cronológico das obras que passaram a ser classificadas como patrimônio (a antigüidade) e dos novos valores que lhe foram atribuídos paulatinamente. Entretanto, ainda é pequena a quantidade de bens remanescentes do século XX tombados pelo Instituto, como as obras produzidas pelas escolas Eclética e Moderna da Arquitetura, além de serem muitas as lacunas em relação às regiões geográficas abarcadas pelo tombamento.

No domínio da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo – cidades, bairros, conjuntos urbanos ou edificações isoladas e espaços livres públicos – a preservação do entorno dos bens tombados pelo IPHAN, transcende, portanto, o objeto do tombamento e hoje é uma preocupação na instituição como um todo, que lhe tem como prioridade.

Essa preocupação, no entanto, numa visão de vanguarda, já foi expressa no Decreto-lei nº 25 de 1937, que "organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional" e registra, no seu artigo 18, a noção de "vizinhança da coisa tombada", desautorizando a execução de projetos no entorno de bens tombados sem a prévia aprovação do IPHAN.

Essa noção está tangenciada ou enraizada em muitos documentos patrimoniais como os Documentos das Conferências Gerais da Unesco (1962 e 1976), a Carta de Veneza (1964), as Normas de Quito (1967), o Compromisso de Salvador (1971), o Manifesto de Amsterdã (1975), a Carta de Burra (1980), a Carta de Washington (1986) e a Recomendação nº R (95) 9 e, no Brasil, recentemente tornou-se assunto principal da Carta de Santos em 2004.

Se por um lado esse entendimento tem acompanhado a trajetória do IPHAN desde sua criação, por outro, há ainda muito a ser feito em relação à preservação dos entornos de bens tombados. Na cidade do Recife, capital do estado de Pernambuco, existem no âmbito da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, 37 bens tombados – sendo, em sua quase totalidade edificações religiosas, incluindo-se algumas edificações civis e militares, como mercado, teatro e fortificações. Ainda estão inseridos nesse grupo o Conjunto Arquitetônico Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife, correspondente a uma parte do Bairro do Recife, e o Conjunto Arquitetônico do Pátio de São Pedro. Desse total de 37 bens, 24 estão incluídos nos 8 polígonos de entorno já delimitados por ocasião da 110ª Reunião do Conselho Consultivo do IPHAN em 30-08-1984.

Na perspectiva de contribuir a essa questão, o presente trabalho refere-se à "Proposta de delimitação do polígono de entorno dos bens tombados no Bairro do Recife e sugestão de revisão do polígono de tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife".

No bairro, se encontram sob proteção federal o **Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife**, a **Igreja da Madre de Deus**, a **Igreja de Nossa Senhora do Pilar**, o **Forte do Brum** e o local onde funcionou a primeira sinagoga das Américas, hoje dois sobrados designados de **Sinagoga Kahal Zur Israel**, aos quais se somam o **Teatro**

Apolo e a antiga **Estação Ferroviária do Brum**, esta última tombada pela Fundarpe (Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco) e ambos com processo de tombamento aberto pelo IPHAN. Em 2000, o Bairro do Recife em toda a sua extensão foi registrado como sítio arqueológico, passando a contar com a proteção da Lei nº 3.924, de 1961, e Portaria nº 7, de 1988.

Desse modo, a proposta inclui sete bens tombados ou com processo de tombamento em tramitação, além do sítio arqueológico como um todo em uma única poligonal e ainda incorpora uma sugestão de ampliação do polígono de tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife, a partir do estudo de caso das quadras delimitadas pela Rua do Brum.

Este documento está, então, organizado em quatro partes: o primeiro item apresenta o objeto do trabalho, o Bairro do Recife – sua formação urbana e aspectos da legislação que incide sobre o bairro e outros instrumentos de preservação – ao passo que o segundo item explicita a metodologia adotada. O terceiro e quarto itens constituem, respectivamente, a proposta de delimitação e o estudo, em termos de sugestão, para revisão do polígono do conjunto tombado. Seguem-se ainda as considerações finais e a bibliografia consultada.

1. A área de estudo: o Bairro do Recife

O objeto de estudo do presente trabalho, o Bairro do Recife, atualmente se estende por uma área de 467,8 ha, equivalente a aproximadamente 2,13% da área total de 21.949,3 ha da cidade do Recife. Compõe o Centro Histórico do Recife e localiza-se na Região Político-Administrativa – RPA – 1, dentre as 6 RPAs que dividem a cidade, de acordo com o zoneamento territorial da lei municipal (Figuras 1.1 e 1.2).

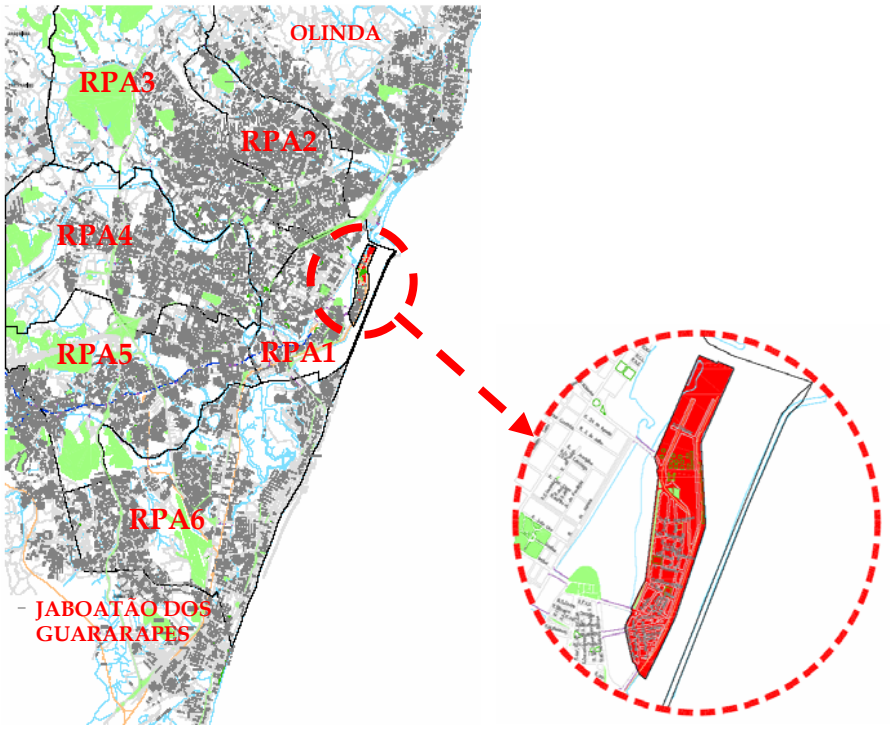


Figura 1.1: Mapa da Cidade do Recife segundo a divisão em RPAs e detalhe da área de estudo – o Bairro do Recife. **Fonte**: Elaborado pela 5ª SR/IPHAN, a partir do Mapa de Bens Culturais Tombados e Preservados, produzido pela URB-Recife em junho de 2002, formatado por Aline de Figueirôa Silva/Ana Carolina Puttini.



Figura 1.2: Bairro do Recife, 08-02-2006. **Fonte**: Foto de Paulo Tadeu Souza Albuquerque, Acervo da 5ª SR/IPHAN.

1.1 A formação urbana

Antigo "Povo dos Arrecifes", "Pôrto dos Navios" ou "Arrecifes de Santelmo", o atual Bairro do Recife tem suas origens em atividades portuárias realizadas desde o século XVI, hoje a cargo do seu principal equipamento urbano, o Porto do Recife. Essas atividades, por sua vez, favoreciam-se da linha de arrecifes que lhes servia de ancoradouro natural, donde se adentrava no território. Citando Vanildo Cavalcanti (1978, p. 228-229), foi sob o "signo" do comércio que nasceu o Bairro do Recife, um dos poucos bairros "que não surgiu em conseqüência da fundação de um engenho, mas sim em função da produção deles todos", para permitir o escoamento do açúcar. De um lado o Recife, centro, e do outro, os engenhos, arrabaldes ou subúrbios, localizados em sua maioria na várzea do Rio Capibaribe.

Assim, dos arrecifes ou recifes nascia o porto, deste, o bairro e deste outro a cidade – Recife – vinculando homem e ambiente, ou seja, a ação cultural sobre a paisagem natural modelava uma paisagem portuária desde o século XVI. Na narrativa de Mario Sette (1948, p. 29):

> *"Apenas o 'Povo'. (...) De assalto quase sempre, as vagas golpeavam a murada dos arrecifes, cresciam num tapume de espumas, tombavam de supetão molhando as pedras plantadas por Deus para darem abrigo e nomear uma cidade".*

Entretanto, originalmente, o bairro portuário conquistado à custa de sucessivos aterros se limitava a uma estreita faixa ou lingüeta de areia – um istmo – espremida entre o Oceano Atlântico, a leste, e o encontro dos rios Capibaribe e Beberibe, a oeste, então conectado à Vila de Olinda. Essa configuração está expressa no dizer de 1587 de Gabriel Soares de Souza, evocado por Mario Sette (1948, p. 32):

> *"Se entra pela bôca de um **arrecife de pedra** ao sudoeste e depois norte-sul, e, entrando para dentro ao longo do arrecife, fica o **rio Morto** pelo qual entram até acima navios de cem tonéis até duzentos, tomam meia carga em cima e acabam de carregar onde convém que os navios estejam bem amarrados, (...); por esta bôca entra o **salgado** pela terra (...); e defronte do surgidouro dos navios faz êste rio outro volta deixando no meio uma **ponta de areia** onde está uma ermida do Corpo-Santo. Neste lugar vivem alguns pescadores e oficiais da ribeira e estão alguns armazéns em que os mercadores agasalham os açúcares e outra mercadorias" (Grifos nossos).*

Sobre o assentamento que se constituía no século XVI, disse Cavalcanti (1978, p. 228-229):

> *"Os embarques de pau-brasil e dos 'açúcares' determinaram suas primeiras construções. Inicialmente foram as feitorias ou 'os **passos**'. Em seguida os **fortes** garantindo-lhes a defesa. Depois vieram as **casas comerciais**. Paralelamente a tudo isso formava-se o agrupamento populacional que ia carregar a descarregar os barcos, ir e voltar do mar, fiscalizar ou cobrar o dízimo, matar ou morrer nas suas fortalezas, ou, contritamente rezar na **ermida** sob a invocação do padroeiro Santelmo" (Grifos nossos).*

A paisagem do bairro constituía-se, de um lado, pelos elementos naturais – os arrecifes, os rios Capibaribe (o "rio Morto") e Beberibe, o mar (o "salgado"), o extremo do istmo (a "ponta de areia") e os mangues – e do outro, os passos, as casas, os fortes e a ermida, assunto que ocupa o médico e geógrafo Josué de Castro, em sua tese sobre a fundação do Recife. Desde a origem, a paisagem do Bairro do Recife foi moldada a partir dessa co-relação, melhor dizendo, a origem do bairro se deu em função da ação conjunta das forças naturais e antrópicas.

Em 1609, como pode ser observado na perspectiva da "Villa de Pernambuco [Recife]", de autoria de Diogo de Campos Moreno, a ocupação inicial dava-se na porção sul do istmo, com apenas poucas edificações e o Forte de São Jorge (Forte de Terra) mais ao norte (Reis, 2000) (Figura 1.1.1), além da Ermida do Corpo Santo ou de Santelmo ou de S. Frei Pedro Gonsalves.



Figura 1.1.1: Perspectiva de Diogo Campos Moreno mostrando o istmo ligando-se à Vila de Olinda em 1609.
Fonte: Reis, 2000, p. 72-73.

Tal configuração pode ser vista alguns anos depois, através da perspectiva de João Teixeira Albernaz I de 1626, a qual também mostra o Forte do Picão (Forte do Mar), edificado sobre os arrecifes no alinhamento do Forte de São Jorge, observado também na perspectiva de Diogo de Campos Moreno, de 1616 (Reis, 2000) (Figuras 1.1.2 e 1.1.3). O Forte de São Jorge resistiu até o final do século XVII, ao passo que o Forte do Picão foi construído em 1612 e reformado em 1808 (quando foi desativado do uso militar e passou a funcionar como posto de fiscalização), para ser definitivamente demolido por volta de 1910, restando-lhe os vestígios na linha dos arrecifes (Albuquerque *et all*, 2000).



Figura 1.1.2: Perspectiva de Diogo Campos Moreno, de 1616, mostrando o istmo conectado à Vila de Olinda e o Forte do Picão sobre os arrecifes. **Fonte**: Reis, 2000, p. 74.



Figura 1.1.3: Perspectiva de João Teixeira de Albernaz I, de 1626, informando sobre a ocupação na ponta sul da faixa de terra e mostrando os Fortes do Picão (do Mar) e de São Jorge (da Terra). **Fonte**: Reis, 2000, p. 74.

No desenho de 1626, vê-se, entretanto, um maior adensamento construtivo, ainda na porção meridional do istmo, circundado por uma paliçada no encontro com o mar. A ocupação do istmo consolidava-se ao Sul, configurada pela implantação de uma rua que se estendia longitudinalmente, acompanhando a faixa de terra, mais tarde denominada de Rua dos Judeus, Rua da Cruz e atual Rua do Bom Jesus. O primitivo caminho conectava Recife a Olinda, dando-lhe acesso ao porto e era guarnecido por terra pelo Forte de São Jorge ou Forte Velho ou Forte de Terra e por mar, pelo Forte do Mar ou da Laje ou de São Francisco ou ainda Forte do Picão. Eis a descrição do Reverendo Baers (*apud* Sette, 1948, p. 31) em 1630, que designa o Picão de torre octogonal:

> *"ao sul de Olinda estende-se um banco de areia (...) contra o qual bate o mar; seguindo-se uma hora grande ou mais de caminho, pelo banco de areia, acha-se uma aldeia; (...) a um tiro de peça desta aldeia para o lado de Olinda está sôbre o mesmo banco um castelo ou forte (...) bem defronte do castelo do forte há um outro castelo que é uma torre octogonal; entre os dois castelos onde a água tem a largura de um tiro de canhão entram os navios (...) e carregam na aldeia situada no extremo de um dos bancos onde achavam-se muitos armazéns".*

No ano de 1630 inicia-se o domínio holandês no Recife, que se estenderia até 1654, expandindo o Recife e incorporando a vizinha Ilha de Antônio Vaz, hoje bairros de Santo Antônio e São José, denominada de Cidade Maurícia. Por essa época, existiam na povoação do Recife 130 imóveis e, em 1654, após 24 anos da presença flamenga, já eram 300 imóveis e 1.082 em meados do século XVIII (Cavalcanti, 1978, p. 232; Albuquerque *et all*, 2000). Incluíam-se entre aqueles 300 prédios "a Igreja do Corpo Santo, o Palácio do Governo, a Alfândega, a Cadeia, a Provedoria, a Casa de Câmara, a Sinagoga dos Judeus e armazéns com casas de pesagens" (Cavalcanti, 1978, p. 234).

Em 1629, entretanto, erguia-se o Forte de São João Batista ou Forte do Brum pelas mãos dos luso-brasileiros e em 1630-1931 era concluído pelos holandeses para defender a entrada do porto, juntamente com o Forte do Picão, e fechar a entrada norte da cidade, que levava a Olinda (Albuquerque *et all*, 2000; Reis, 2000). Em 1690, a fortificação era reformada, servindo-se de material proveniente da demolição do Forte de São Jorge.

A gravura "T'Recif de Pernambvco", de 1630 e de autoria não identificada, apresenta um perfil urbano configurado por sobrados, alguns armazéns destruídos pelos portugueses antes da vitória holandesa, a ermida do Corpo Santo e um pontão para embarque e desembarque de mercadorias, delimitados por uma paliçada (Reis, 2000) (Figura 1.1.4). Esse conjunto foi incendiado por Matias de Albuquerque em 1630.



Figura 1.1.4: T'Recife de Pernambuco de 1630. **Fonte**: Reis, 2000, p. 78-79.

Da mesma época, o mapa de João Teixeira Albernaz I de 1630-1631 registra a ocupação sul da lingüeta de terra, o Forte de São Jorge e o Forte do Brum, que acabara de ser concluído (Figura 1.1.5). Em 1631, é produzida a primeira planta do Recife após domínio flamengo, a qual mostra as fortificações holandesas edificadas na Ilha de Antônio Vaz, bem como uma muralha ao redor da povoação do Recife protegida por uma estaca nos limites d'água (Reis, 2000) (Figura 1.1.6).



Figura 1.1.5: Mapa "Porto e Barra de Pernãbvco", de 1630/1631 de João Teixeira Albernaz I. **Fonte**: Reis, 2000, p. 85.



Figura 1.1.6: Planta do Recife de 1631, de autoria de Andreas Drewisch Bongesaltensis. **Fonte**: Reis, 2000, p. 81.

Se na planta de 1631 já se via o aparato de defesa edificado pelos holandeses na vizinha Ilha de Antônio Vaz, no desenho de Vingboons de 1639, executado a partir de original de autoria desconhecida, o istmo é visto ligado àquela ilha através de uma ponte – conexão que se fazia até então através de uma balsa (Reis, 2000) (Figura 1.1.7). O desenho trata-se de um projeto e expressa uma representativa expansão da área edificada no istmo, além de uma porta do lado sul, separando a povoação de "um bairro novo que se pretende edificar" (Reis, 2000).

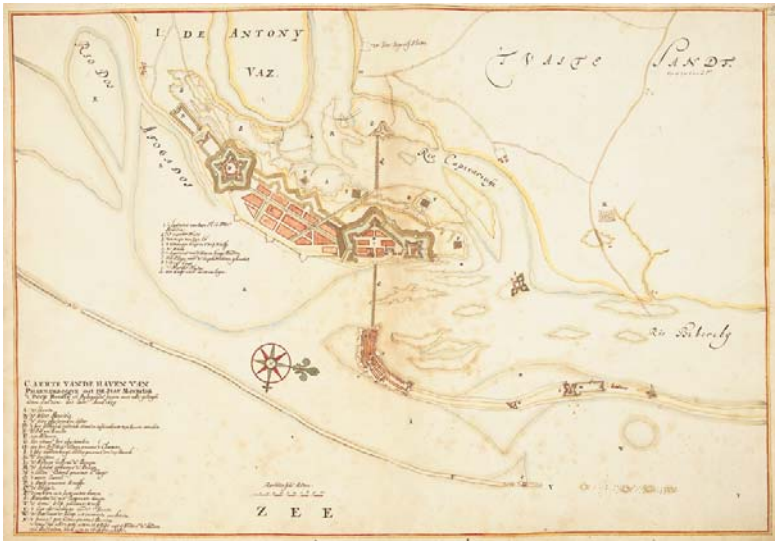


Figura 1.1.7: Desenho de Vingboons de 1639. **Fonte**: Reis, 2000, p. 86.

Na gravura intitulada "*Mauritiopolis*", produzida na Europa em 1644, Frans Post indica a colina de Olinda, os fortes do Mar e do Brum e o assentamento na extremidade sul da lingüeta de terra, com sobrados conformados por térreo mais um ou dois pavimentos, mais ao centro, armazéns ou galpões e a ponte que levava à Ilha de Antônio Vaz, inaugurada em 1644 (Figura 1.1.8). Reis (2000) chama atenção para a inexistência de muros indicados em plantas contemporâneas à pintura de Post, os quais poderiam tratar-se apenas de projetos. Além de tal crescimento, segundo Lubambo (1991, p. 31), "com os holandeses foram feitos os primeiros melhoramentos no ancoradouro natural – fortificação e alteamento da muralha".



Figura 1.1.8: Mauritiopolis, Gravura de Frans Post do livro de Barlaeus (1647). **Fonte**: Reis, 2000, p. 92.

Afirma-se, entretanto, que depois do governo holandês, há uma lacuna no que diz respeito à produção cartográfica, resultando num longo hiato de quase um século, apesar da documentação ainda não estudada por pesquisadores. De qualquer modo, não se tem disponível a cartografia desse período.

Em 1679, iniciava-se a construção da Igreja de Nossa Senhora do Pilar, precisamente no local onde até então existira o Forte de São Jorge. O sítio estava fora do assentamento "oficial" que se desenvolvera no sul do istmo, por isso denominado "Fora-de-Portas" e, segundo a Carta de doação ao capitão-mor João do Rêgo Barros consultada por Pereira da Costa (1984, v. 4, p. 173), as terras correspondiam a:

> "*vinte e cinco braças (...) de comprido, no sítio em que estêve o Forte Velho, que por ordem régia se desmanchou por não ser de nenhuma utilidade para a defesa desta praça, (...) tendo lugar esta doação para o referido capitão-mor fundar uma igreja sob a invocação de N. S. do Pilar, no mencionado sítio*".

Nos arredores da capela desenvolvia-se a povoação, separada do núcleo urbano ao Sul pelo Arco do Bom Jesus, este demolido na metade do século XIX. Como conta Pereira da Costa (1984, v. 4, p. 174), em 1682, o mesmo capitão-mor recebia:

> "*mais vinte e cinco braças de terra na praia do Recife, unidas às que já havia tido para construir algumas casas para os romeiros, e outras mais para patrimônio da capela* ***que estava construindo*** *(...). Além das referidas casas construiu também o capitão-mor mais outras, – para moradia do capelão e do ermitão, e – à direita da igreja uma casa nobre em que habitou, (...) prédio êste que se arruinou, e desde muito já não existe" (Grifos do autor).*

Na construção da capela se utilizou material proveniente da demolição do Forte de São Jorge, a qual foi finalizada por volta de 1683, despontando como vetor do povoamento em Fora-de-Portas (Figuras 1.1.9 e 1.1.10) e em 1686 já hospedava padres recém-chegados.



Figura 1.1.9: Igreja de Nossa Senhora do Pilar. **Fonte**: Guerra, 1970.



Figura 1.1.10: Igreja de Nossa Senhora do Pilar, década de 1970. **Fonte**: Acervo da 5ª SR/IPHAN.

Ainda de acordo com Pereira da Costa (1983, v. 4, p. 174-175), todas as terras doadas ao capitão-mor com as respectivas casas constavam no seu testamento de 1697 e só foram partilhadas pelos herdeiros em 1831, vindo a igreja a cair no domínio público, visitada por "mariantes" que avistavam "o santuário defronte da barra". Mais uma preciosa informação de Pereira da Costa (1983, v. 4, p. 174):

> "*De uma demarcação judicial procedida em 1839 nas* ***terras constantes das duas doações****, verificou-se que – 'principiavam do beco da Molefa, e terminavam nas últimas casas que ficam por detrás da capela, compreendendo* ***tôda a largura que vai do mar ao rio****'(...); largura esta que então não avultava, porque compreendia apenas a* ***estreita zona limitada pelas ruas dos Guararapes e a parte oriental da de S. Jorge****" (Grifos nossos).*

O historiador destaca que as terras ocupadas em Fora de Portas se estendiam "do mar ao rio" e limitavam-se pela Rua dos Guararapes (hoje Rua Bernardo Vieira de Melo) e Rua de São Jorge (antiga Rua do Pilar). Essas passagens informam sobre a expansão urbana por que passava a povoação no sentido Norte, expansão essa que se dava no século XVII e adentrava pelo seguinte, período ainda com escassez de bases cartográficas disponíveis.

No extremo Sul do istmo, em fins do século XVII foram edificados a Igreja e o Convento da Madre de Deus em área de expansão da ilha conquistada através de aterros dos rios e mais tarde foram separados, passando o convento a ser utilizado como Alfândega em meados do século XIX (Albuquerque *et all*, 2000). Ainda no século XVII, erguia-se o Forte da Madre de Deus e São Pedro, o Forte do Matos – uma fortificação semi-circular construída no sudeste do istmo, desativada de funções militares em 1847 e hoje desaparecido (Albuquerque *et all*, 2000).

A planta produzida por Manuel de Almeida da Fortuna em 1733, quase oitenta anos depois da expulsão dos holandeses, mostra a povoação do Recife cercada por um muro externo e uma meia-lua fortificada em área alagável e no extremo, a porta que trancava o assentamento e remanescia de um projeto anterior (Reis, 2000) (Figura 1.1.11).

Do mesmo ano, a planta de João de Macedo Corte Real e Diogo da Silveira Velloso, que se trata de levantamento e projeto de fortificações para o bairro, mostra também a meia-lua e a porta separando o assentamento. Nesta são vistas, porém, duas fileiras de quadras facejando o mar e separadas entre si por uma rua e da porta por uma área de restinga (Figura 1.1.12).

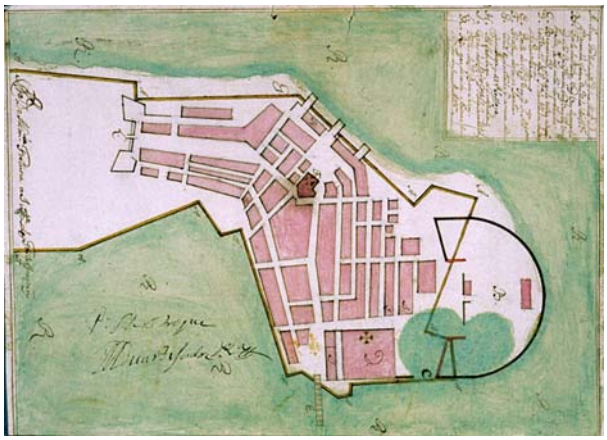


Figura 1.1.11: Planta do Bairro do Recife, de autoria Manuel de Almeida da Fortuna, 1733.
Fonte: Reis, 2000, p. 95.

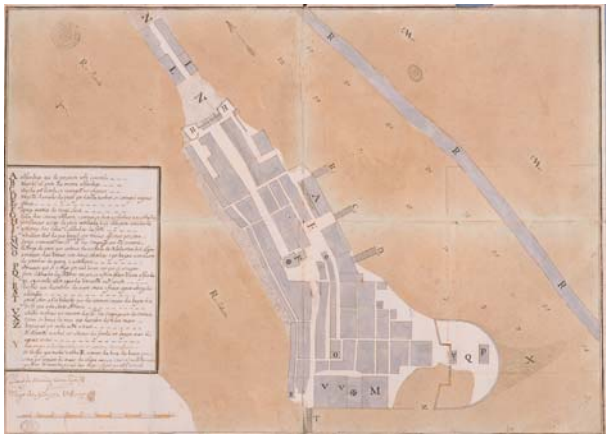


Figura 1.1.12: Levantamento e Projeto de Fortificação do Bairro do Recife, de autoria de João de Macedo Corte Real e Diogo da Silveira Velloso, 1733.
Fonte: Reis, 2000, p. 96.

O prospecto a seguir, elaborado a partir da perspectiva de 1759 do Padre José Caetano mostra a Igreja do Corpo Santo, a "Ponte dos Holandezes", ligando o Recife à Ilha de Antônio Vaz, o Forte do Brum, o Forte do Buraco, uma área de restinga após o Brum e os rios "Bibiribi" e "Capivaribe" e alguns prédios em Fora de Portas (Figura 1.1.13). Na "Planta genográfica da Villa de S. Antonio Recife" de 1763 de Francisco de Oliveira Miranda, João Garcia Velho do Amaral e José Peixoto de Abreu, um desses prédios é identificado como a Igreja de Nossa Senhora do Pilar, que se segue a outras edificações, todas paralelas a uma segunda fileira de quadras, ambas separadas pela Rua do Pilar (Figura 1.1.14).

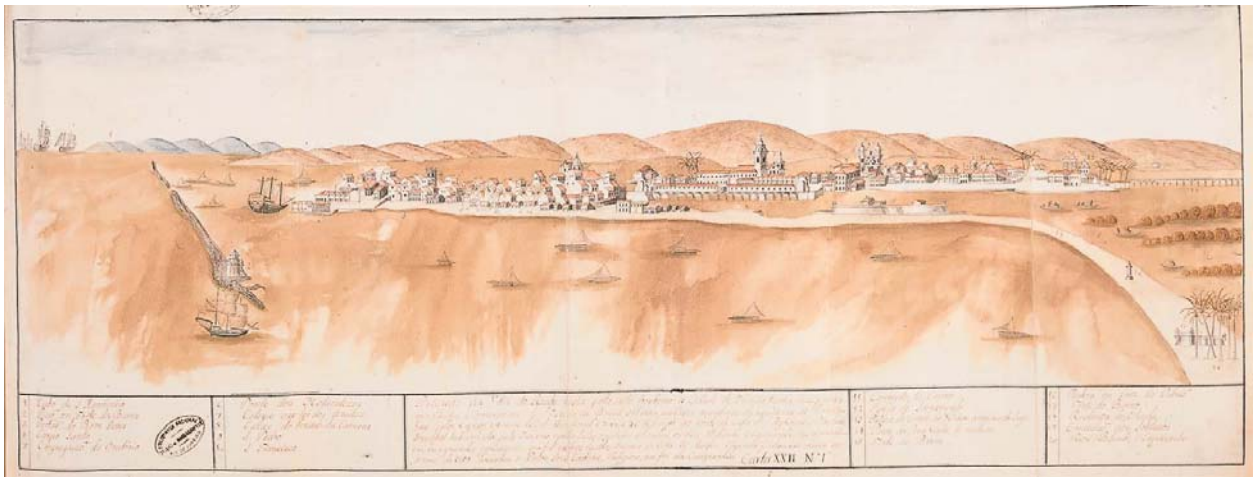


Figura 1.1.13: Prospecto da Villa do Recife, baseado no original de Pe José Caetano (1759). **Fonte**: Reis, 2000, p. 101.



Figura 1.1.14: Planta genográfica da Villa de S. Antonio Recife de Francisco de Oliveira Miranda, João Garcia Velho do Amaral e José Peixoto de Abreu, 1763. **Fonte**: Reis, 2000, p. 102.

O assentamento em redor da Igreja de Nossa Srª do Pilar consolidava-se, como se pode observar nas plantas da "Villa de Santo Antonio do Recife de Pernambuco", respectivamente de 1771, 1773 e 1776 (Figuras 1.1.15 a 1.1.17).





Figuras 1.1.15 e 1.1.16: Plantas da Villa de Santo Antonio do Recife de Pernambuco, ambas sem autoria identificada. **Fonte**: Reis, 2000, p. 99.



Figura 1.1.17: Planta da Villa do Recife de Pernambuco, autoria não identificada, 1776. **Fonte**: Reis, 2000, p. 102.

Todas essas plantas de 1763 a 1776 já mostram o assoreamento da porção ocidental de Fora de Portas, quase triplicando a largura do istmo, que avança para a água dos rios Capibaribe e Beberibe, conformando um território a ser ocupado posteriormente.

Com base em carta régia de 1798, Pereira da Costa (1983, v. 7, p. 26) dá conta da intendência que foi mandada construir em Fora de Portas, entrando em exercício no ano seguinte e consolidando a ocupação do bairro. Segundo o historiador:

> *"A intendência foi instalada no bairro do Recife, em um vasto edifício de dois pavimentos, situado em fora de portas,* ***junto ao mar*** *tendo na frente duas escadarias de pedra, na junção das quais havia um alpendre com arcadas sôbre colunas, e esculpidas em uma daquelas as armas reais pôrtuguesas, escadaria essa que dava acesso, exteriormente, ao pavimento superior do edifício. Construído para as funções da Junta da Fazenda Real, ainda existe, menos porém as escadarias com seu alpendre, que desapareceram, para uniformizar o alinhamento do primeiro lanço da* ***rua de S. Jorge****, em que está situado, e pertence hoje à Escola de Aprendizes de Marinheiro" (Grifos nossos).*

O Plano do Porto e Praça de Pernambuco de José Fernandes Portugal, de 1808, mostra uma ocupação na área de restinga entre a porta e as quadras da Rua de São Jorge, junto ao mar, decerto a referida intendência (Figura 1.1.18) e, conforme Menezes (1988, p. 37), novos assentamentos no sentido Oeste "dentro" de portas, usando a área assoreada do Rio Capibaribe.

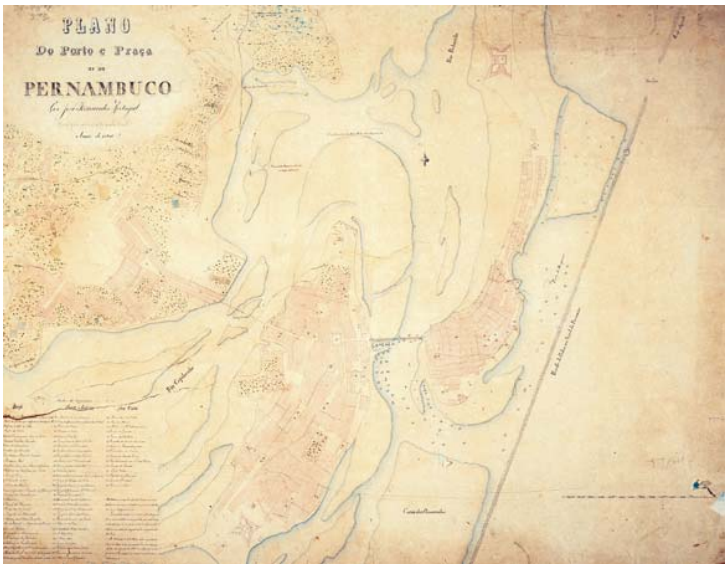


Figura 1.1.18: Plano do Porto e Praça de Pernambuco de José Fernandes Portugal, 1808. **Fonte**: Reis, 2000, p. 103.

No início do século XIX, talvez por volta de 1815, erguia-se a Cruz do Patrão. Nas palavras de Pereira da Costa (1983, v. 7, p. 360-361):

> *"(...) um modesto monumento vulgarmente conhecido por Cruz do Patrão, constante de uma coluna encimada por uma cruz latina, que se levanta à margem esquerda do Rio Beberibe sôbre o istmo de Olinda (...) e quase eqüidistante dos fortes do Brum, ao sul, e do Buraco, ao norte. A Cruz do Patrão foi levantada para servir de baliza aos navios que demandam o pôrto do Recife (...) é simplesmente uma coluna da ordem dórica, em cujo capitel se levanta uma peanha faceada, encimada por uma cruz, que é de pedra. A coluna foi construída no meio do istmo, mas de presente se acha quase que fora do mesmo, em virtude da perda constante de terreno desagregado pela correção do Beberibe, cuja base é lavada por suas águas (...). A Cruz do Patrão tem também sua parte romanesca, as suas*

lendas e tradições populares (...) ficções a crendice popular ainda hoje ingênuamente repete (...). "Por muito tempo foi crença que todo aquêle que passasse de noite por perto dela, ouviria gemidos angustiosos, veria almas penadas, ou seria perseguido de infernais espíritos".

Em meados do século XIX, foram empreendidas diversas obras públicas e melhoramentos urbanos no governo de Francisco do Rêgo Barros, o Conde da Boa Vista. No Bairro do Recife, segundo Menezes (1988, p. 41), constroem-se o Cais do Apolo, possibilitando a criação de novas vias em Fora de Portas, e o Arsenal da Marinha do lado do mar, definindo outro cais (Figura 1.1.19). Ainda de acordo com Menezes (1988, p. 41), o grande Convento dos Oratorianos foi separado da Igreja da Madre de Deus e aproveitado para Alfândega. O arco era demolido em 1850 e parte do material da demolição foi utilizada na construção do Observatório do Arsenal da Marinha, atual Torre Malakoff, entre 1850 e 1855 (Fotos do Arsenal e da torre). Em 1870, foi executado o projeto da Praça dos Voluntários da Pátria, hoje Praça Artur Oscar, mais conhecida como Praça do Arsenal da Marinha e completamente diferente do projeto original. E em 1881, foi edificada a Estação do Brum, a segunda mais antiga de Pernambuco e ponto inicial da estrada de ferro que ligava o Recife a Limoeiro, construída pela *Great Western of Brazil Railway*. Toda essa expansão também pode ser vista na planta da Cidade do Recife, de 1876 (Figura 1.1.20).

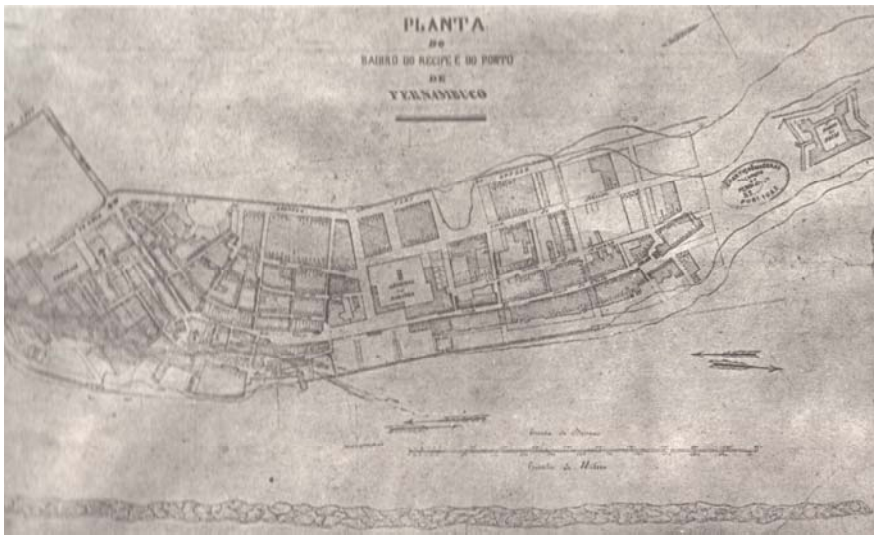


Figura 1.1.19: Planta do Bairro do Recife e do Porto de Elisiário/Mamede, 1856. **Fonte**: Menezes, 1988, p. 41.

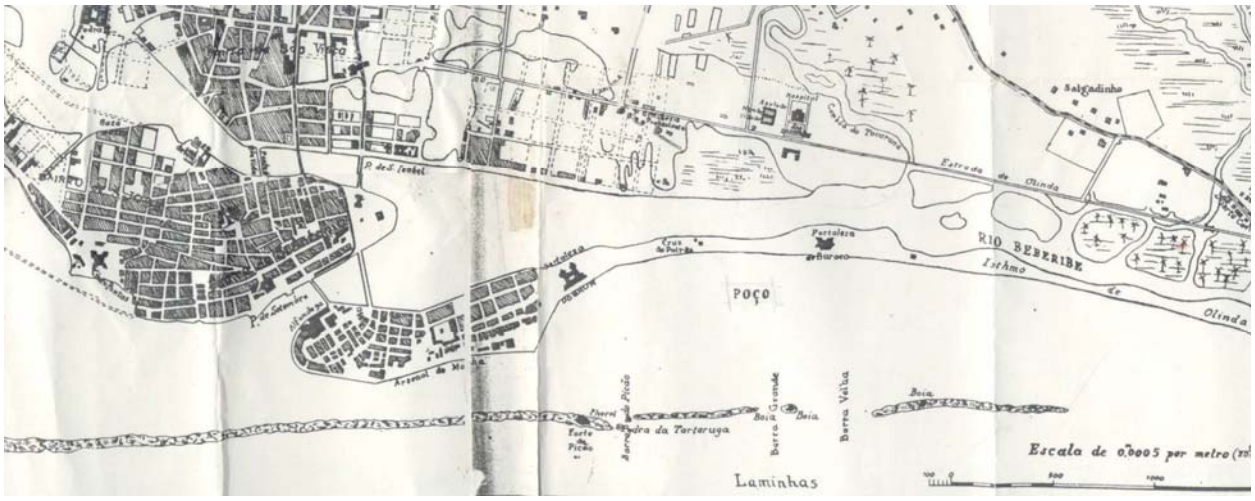


Figura 1.1.20: Planta da Cidade do Recife, 1876, detalhe do Bairro do Recife. **Fonte**: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, cedida pelo arquiteto George Casé à 5ªSR/IPHAN.

Em 1888, foi elaborado um projeto de reforma urbana para o Bairro do Recife, por Alfredo Lisboa, prenunciando as intervenções que ocorreriam uma década mais tarde inspirando-se no urbanismo eclético (Figura 1.1.21).

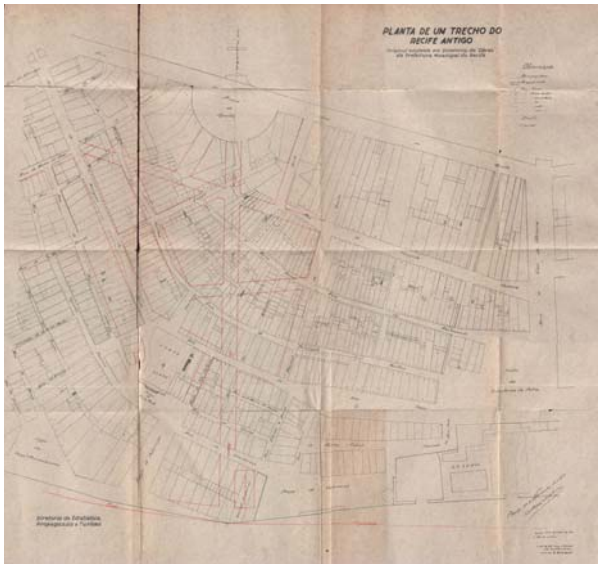


Figura 1.1.21: Projeto de reforma do Bairro do Recife, elaborado por Alfredo Lisboa, 1888.
Fonte: Acervo da 5ªSR/IPHAN.

Em 1906, conforme se pode observar no Mapa de Douglas Fox, praticamente toda a extensão territorial se encontrava adensada com arruamentos e limites definidos (Figura 1.1.22).

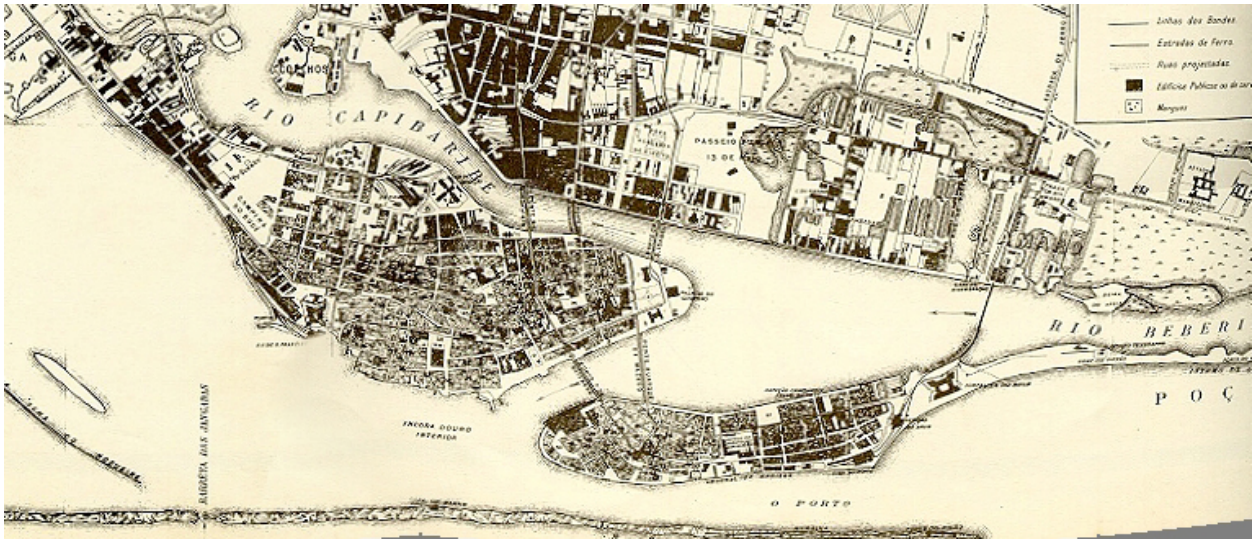


Figura 1.1.22: Planta da Cidade do Recife, 1906, detalhe do Bairro do Recife, feita pelo Sr. Douglas Fox e sócios.
Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, cedida pelo arquiteto George Casé à 5ªSR/IPHAN.

No conjunto das reformas urbanas que marcaram a passagem do século XIX ao século XX no Brasil, o Bairro do Recife passou por uma grande intervenção, que abarcou a ampliação do porto, a modificação do traçado urbanístico e a criação ou remodelação de diversas edificações.

No início do século XX, foram realizadas obras de modernização e expansão da estrutura portuária com a execução de aterros, conquistando novo solo ao mar, a construção de novos armazéns e abertura da Avenida Alfredo Lisboa. Este ideário de modernização alcançou o urbano, conjugando o valor estético, que preconizava o embelezamento da cidade, e o valor

higienista, com a perspectiva de saneamento, iluminação e pavimentação. No Recife, nesse momento, a nova conduta sanitarista foi capitaneada pelo engenheiro Saturnino de Brito.

Do ponto de vista urbanístico, a reforma alterou a antiga malha urbana pela criação de grandes avenidas radiocêntricas com inspiração na urbanística francesa do Barão Haussman de há meio século (Figura 1.1.23). Duas grandes avenidas radiais – Av. Marquês de Olinda e Av. Rio Branco – culminavam numa praça aberta mirante do mar, designada de Praça Barão do Rio Branco ou Praça do Marco Zero. Essa reforma realizava, de certo modo, o projeto de Alfredo Lisboa de 1888, invertendo o sentido em que desembocavam as radiais na praça circular.

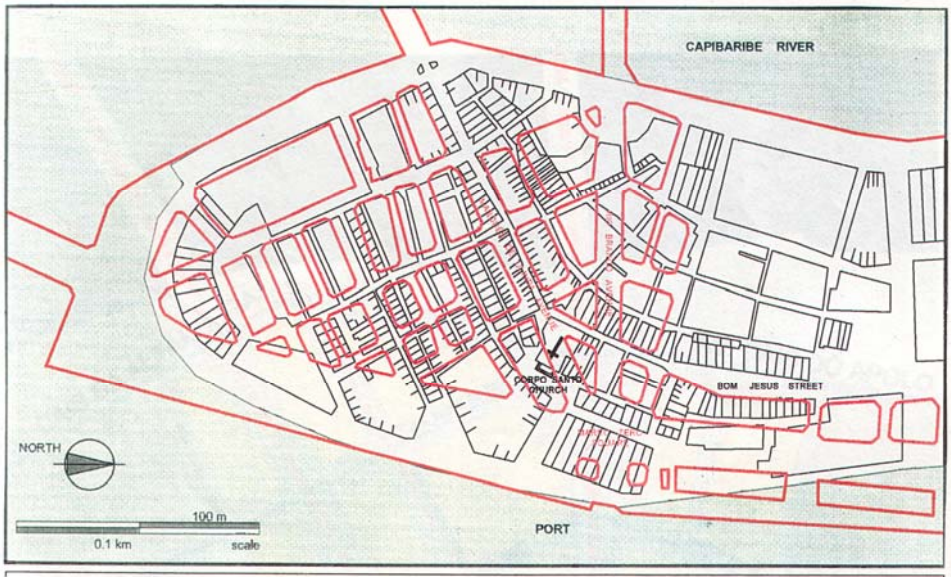


Figura 1.1.23: Planta da reforma urbana do Bairro do Recife.
Fonte: Gonçalves, *apud* Empresa de Urbanização do Recife, 1998.

Entre as demolições com perdas irremediáveis decorrentes da reforma, estavam a Igreja ou Ermida do Corpo Santo, e seu largo do Pelourinho (Figura 1.1.23). Parte de sua cantaria, inclusive com ornatos, encontram-se dispostas fazendo a linha de meio-fio de diversas ruas da porção Sul do Bairro, onde a reforma foi mais incisiva. Esta intervenção de grande porte deixou o núcleo do bairro inteiramente transformado, conferindo-lhe uma feição eclética. Acompanhado a intervenção urbanística, foi executada uma remodelação arquitetônica, sendo demolidos antigos sobrados coloniais para a execução de novas edificações no estilo eclético. Poucos foram os sobrados que permanecem com a estrutura colonial, ainda assim, receberam tratamento de fachadas.

Finalmente, o Bairro do Recife teve seus limites definidos no século XX, com a ruptura da ligação entre o Recife e Olinda, transformando-o de istmo em ilha – a ilha do Recife – e da execução de aterros, o do Cais do Apolo e do novo Cais da Alfândega (Figuras 1.1.24 e 1.1.25). O novo desenho territorial decorreu da abertura de um canal que ligou a foz dos rios Capibaribe e Beberibe ao oceano sendo construídos equipamento de grande porte como armazéns, um terminal açucareiro e um parque de tancagem. A seguir, uma grande área ao redor da Igreja do Pilar foi desapropriada para servir às instalações do porto, o que não aconteceu. A área, no entanto, foi ocupada irregularmente constituindo a Favela do Rato, hoje denominada de Comunidade do Pilar.



Figura 1.1.24: Planta do Recife e arredores, 1932. Detalhe do Bairro do Recife ainda sem a ruptura definitiva, mas com os aterros e os armazéns. **Fonte**: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, cedida pelo arquiteto George Casé à 5ªSR/IPHAN.

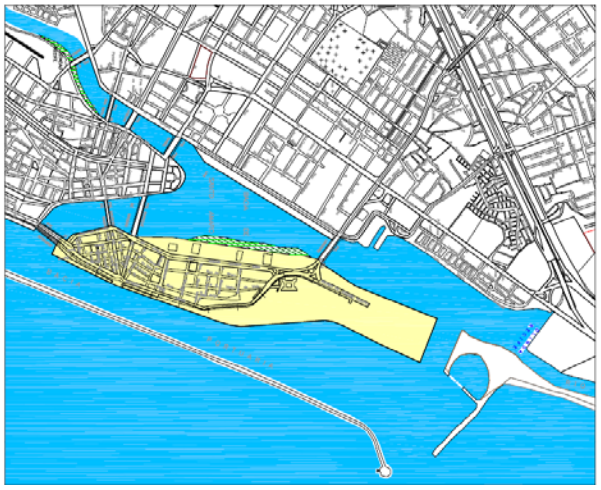


Figura 1.1.25: Planta da Cidade do Recife HOJE.
Fonte: 5ªSR/IPHAN.

Em 1991, o Governo do Estado de Pernambuco manifestou interesse em criar um pólo de atração turística no bairro, elaborando o Plano de Revitalização, concluído em 1992. Algumas ações previstas foram executadas, a exemplo da abertura da parte sul da Av. Alfredo Lisboa, antes restrita ao uso portuário. Também foi implantado o Projeto Cores da Cidade, com foco no "Pólo Bom Jesus" com atividades gastronômicas e eventos culturais.

A partir de 1998, o Governo Federal, através do Programa Monumenta-BID, juntamente com o Governo Municipal vem investindo no "Pólo Alfândega" requalificando a área com a perspectiva de usos diferenciados.

O Bairro do Recife é hoje marcado pela diversidade de atividades, e cujas formas resultam da ação da natureza e do homem, visíveis nas edificações, no parcelamento do solo (lotes e quadras), no traçado urbanístico, na vegetação, nos espaços livres públicos, como praças e cais, nos arrecifes e águas urbanas do encontro entre rios e mar, que lhe conferem um caráter de insularidade, configurando uma paisagem bastante heterogênea.

Atualmente, a Prefeitura da Cidade do Recife está desenvolvendo o Plano de Ação do Bairro do Recife, cujo objetivo é realizar ações de valorização econômica, a partir do trabalho conjunto de várias secretarias da administração municipal, integrando cultura, turismo, desenvolvimento econômico, assistência social, mobilidade, ordenamento do comércio informal, manutenção de ruas, calçadas, iluminação e recuperação de imóveis.

Esse plano, no entanto, corre paralelamente ao Projeto "Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda", em fase de estudos e negociação econômica, e propõe um vasto adensamento construtivo, verticalização da área portuária e de terrenos contíguos no Bairro de São José, ao Sul, e, no limite Norte, em áreas pertencentes ao município de Olinda e Recife. Há uma intenção de construção voltada para mercado imobiliário interno e externo, nacional e internacional, substituindo a primitiva paisagem portuária por novas estruturas e desencadeando intenso processo de adensamento construtivo no núcleo histórico. Trata-se de uma ação conjugada entre Prefeitura da Cidade do Recife e Prefeitura Municipal de Olinda, capitaneados pelo

Governo do Estado de Pernambuco, além de iniciativa privada através do Sistema PPP (Parcerias Público-Privadas).
Nesse sentido, a perspectiva de execução do Projeto "Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda" reativa a necessidade da tomada de ações de salvaguarda, consubstanciando a realização do presente trabalho, que, a seguir incorpora a reflexão sobre os instrumentos de preservação, incluindo a legislação patrimonial incidente no Bairro do Recife.

1.2 A legislação e outros instrumentos de preservação

Juntamente com os bairros de Santo Antônio, São José e Boa Vista, o Bairro do Recife integra o Centro Histórico da cidade do Recife e abriga grande diversidade de atividades ligadas ao comércio e à prestação de serviços, ressaltando-se o porto, que ocupa quase metade da extensão territorial da ilha e se estende no sentido Norte-Sul.

Em 1978, o Bairro do Recife tornou-se objeto de preservação, integrando o Plano de Preservação de Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR), elaborado pelo Governo do Estado de Pernambuco através da Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – FIDEM. O objetivo maior do plano era definir alguns conceitos e proposições básicas acerca da preservação dos sítios históricos da RMR, reconhecendo a futura necessidade de elaboração de projetos específicos para cada um deles a fim de caracterizar suas vocações e indicar os elementos a serem preservados.

Constituíam o objeto do plano alguns sítios localizados em municípios da RMR remanescentes da ocupação humana com a presença de edificações típicas, alteradas ou não em relação à composição original, ou caracterizados por determinado traçado, como testemunhos de épocas passadas. Era preocupação expressa do plano "a construção indiscriminada na vizinhança dos monumentos nacionais"; "a destruição das edificações vizinhas (...) ou a descaracterização, por sucessivas reformas, das construções da mesma época do monumento situadas nas suas proximidades". Enfim, estava clara uma intenção na preservação do entorno, transcendendo o bem arquitetônico tombado pela sua "excepcionalidade" ou "singularidade". Os sítios reconhecidos pelo plano como de interesse de preservação agregavam, então, valores históricos, artísticos (arquitetônicos e urbanísticos), econômicos e sociais.

Na condição de plano, o PPSH/RMR apresenta uma estrutura complexa, que inclui princípios e requisitos para a preservação de sítios históricos, objetivos, estratégias, método de trabalho, identificação e caracterização dos sítios, proposições gerais e específicas, subsídios para intervenção governamental e condições de implementação.

Os sítios históricos constantes no plano estão agrupados em sete categorias, a saber: sítios tombados (pelo IPHAN), conjuntos antigos, edifícios isolados, povoados antigos, ruínas, sedes de engenhos e vilas operárias. Particularmente é do interesse do presente trabalho o método adotado na caracterização dos sítios, no que se refere ao seu zoneamento em áreas de proteção, de maior ou menor rigor, em especial, do Bairro do Recife.

O Bairro do Recife foi considerado como sítio histórico pertencente à categoria "conjunto antigo" e dividido em seis projetos, quais sejam: Madre de Deus; Av. Marquês de Olinda/Praça do Rio Branco/Rua do Bom Jesus; Ruas do Apolo, Guia e Domingos José Martins; Praça do Arsenal da Marinha e Travessa Tiradentes; Pilar e, finalmente, Estação e Forte do Brum – cada um deles correspondendo a uma ZPR (Zona de Preservação Rigorosa). Além das seis ZPRs, o zoneamento incluía uma ZPA (Zona de Preservação Ambiental), dividida em seis setores, os quais, em seu conjunto, representariam áreas de transição (Figura 1.2.1).

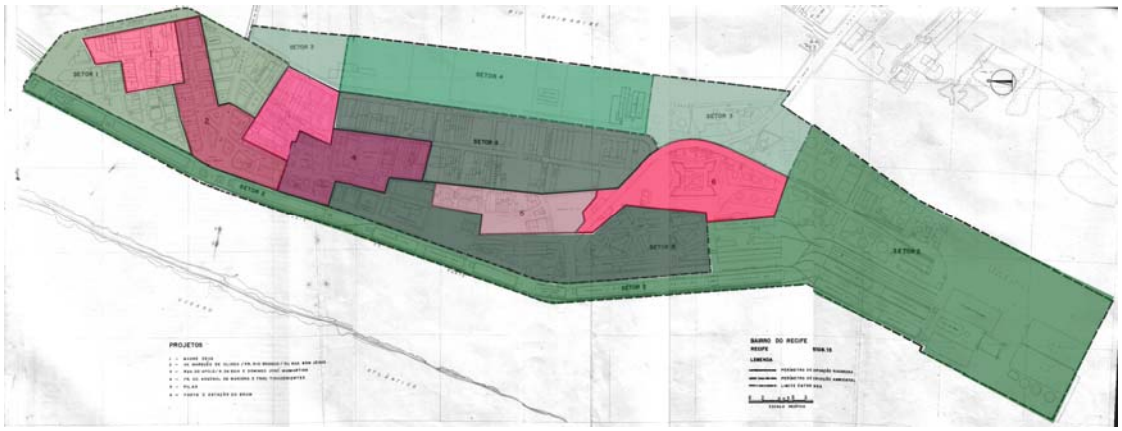


Figura 1.2.1: Bairro do Recife com setorização do Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Governo do Estado de Pernambuco, 1978. Em tons de rosa e lilás as seis ZPRs (Zonas de Preservação Rigorosa) e em tons de verde os cinco setores da ZPA (Zona de Preservação Ambiental). **Fonte**: Elaborado pela 5ª SR/IPHAN, a partir do mapa-base do Bairro do Recife constante nesse plano, formatado por Ana Carolina Puttini.

No âmbito municipal, o bairro foi novamente alvo de instrumento de preservação, a Lei nº 13.957, de 1979, publicada, em 1981, no documento "Preservação de Sítios Históricos" da Prefeitura da Cidade do Recife. A lei instituiu normas gerais de proteção a sítios, conjuntos antigos, ruínas e edifícios isolados pelo seu valor artístico (arquitetônico) ou histórico. A exemplo da definição contida no PPSH/RMR, a noção de sítio histórico da lei municipal estava fundamentada na presença de exemplares arquitetônicos (excepcionais ou não) ou na vinculação a acontecimentos passados.

Desse modo, cada um dos objetos de preservação – pertencente à categoria sítio, conjunto, ruína ou edifício – e seu entorno correspondiam a uma ZP (Zona de Proteção), por se tratar de sítio histórico, arqueológico, arquitetônico ou paisagístico. Quanto ao zoneamento, as ZPs se dividiam em áreas de proteção mais restritiva, as Zonas de Preservação Rigorosa (ZPRs), e áreas de transição, chamadas de Zonas de Preservação Ambiental (ZPAs).

O Bairro do Recife incluía-se na categoria dos conjuntos antigos através do Decreto nº 11.692 de 22/09/1980, e dividia-se em duas ZPRs, nas quais deveriam ser preservadas as características essenciais do conjunto quanto à "ocupação, gabarito e forma", e mais uma ZPA, dividida em sete setores (Figura 1.2.2).

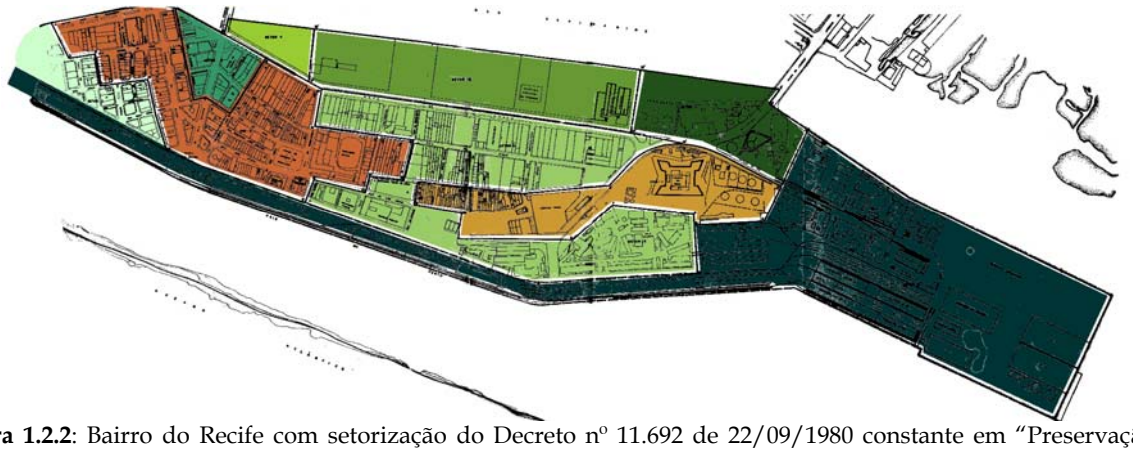


Figura 1.2.2: Bairro do Recife com setorização do Decreto nº 11.692 de 22/09/1980 constante em "Preservação de Sítios Históricos" (1981). Em tons de bege e marrom, as duas ZPRs (Zonas de Preservação Rigorosa) e em tons de verde, os sete setores constituintes da ZPA (Zona de Preservação Ambiental). **Fonte**: Elaborado pela 5ª SR/IPHAN, a partir do mapa-base do Bairro do Recife constante no decreto, formatado por Ana Carolina Puttini/Rodrigo Cantarelli.

A setorização quase que repete o zoneamento elaborado pelo PPSH/RMR, tanto em relação à definição das áreas de proteção rigorosa ou de transição, quanto na subdivisão desta, em consonância com o objetivo maior daquele plano de aprofundar as disposições para a preservação dos sítios históricos da RMR, porém, agora com status de lei.

Hoje, a Lei nº 13.957 de 1979 com seus respectivos decretos não estão mais em vigência, embora constituam importante referência para a execução de planos, projetos e outras formulações sobre a preservação dos sítios históricos do Recife, inclusive tendo incorporado a participação do IPHAN na sua elaboração. Além do mais, as normas genéricas fixadas quanto à ocupação, gabarito, uso e recuos hoje necessitariam de revisão, uma vez que muitas foram as alterações no uso e ocupação do solo no bairro no tempo decorrido até os dias atuais.

Mais recentemente, a Prefeitura da Cidade do Recife, através da Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente (SEPLAM), solicitou ao IPHAN, em fevereiro de 1998, o pedido de tombamento de parte do bairro, abrangendo a área alvo da reforma de 1910 e adjacências até a área do antigo Arsenal da Marinha, onde ainda existe a Torre Malakoff e a Praça Artur Oscar tendo, inclusive, executando o estudo técnico preliminar. Assim, o Conselho Consultivo do IPHAN aprovou o Processo nº 1168-T-85 referente ao tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife, inscrevendo-o no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (insc. 119, 15-12-1998) e no Livro das Belas Artes (insc. 614, 15-12-1998) (Figura 1.2.3). O estudo de tombamento ainda identificou nessa área 50 imóveis de destaque (ID) tentando equiparar-se ao tombamento individual, apesar de já terem sido contemplados pela proteção do Decreto-lei nº 25 de 1937.

Ao conjunto tombado somam-se outros bens já inscritos nos livros de tombo do IPHAN, a saber: a Igreja da Madre de Deus (Processo 134-T-38, Livro Belas Artes, v. I, fl. 33, insc. 188, 20-07-1938), o local onde funcionou a primeira sinagoga das Américas (dois sobrados da Rua do Bom Jesus), a Igreja de Nossa Senhora do Pilar (Processo 761-T-65, Livro Belas Artes, v. I, fl. 88, insc. 483, 25-18-1965 e Livro Histórico, v. I, fl. 62, insc. 385, 25-18-1965) e o Forte do Brum (Processo 101-T-38, Livro Belas Artes, v. I, fl. 15, insc. 83, 24-05-1938 e Livro Histórico, v. I, fl. 09, insc. 43, 24-05-1938), estes dois últimos localizados fora do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico (Figura 1.2.3). O Teatro Apolo e a antiga Estação do Brum, hoje Memorial da Justiça, têm processo de tombamento aberto pelo IPHAN, sendo a Estação tombada pela Fundarpe (Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico em Pernambuco), que também é responsável pelo tombamento da Torre Malakoff.

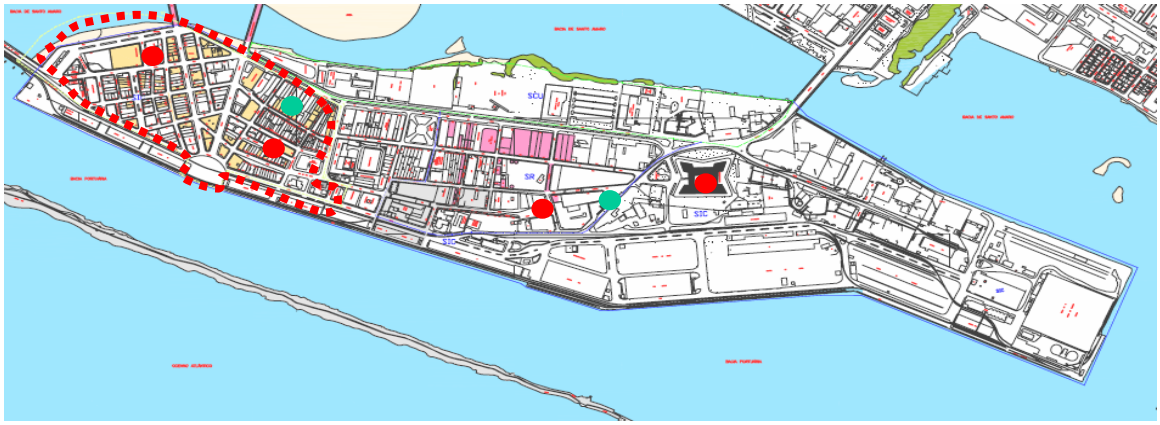


Figura 1.2.3: Bairro do Recife – a poligonal em vermelho corresponde ao conjunto tombado, os pontos em vermelhos, os bens tombados em nível federal e, em verde, os bens com processo de tombamento pelo IPHAN. **Fonte**: Elaborado pela 5ª SR/IPHAN, a partir de mapa-base da URB/Unibase 2002, formatado por Aline de Figueirôa Silva/Ana Carolina Puttini.

A Igreja da Madre de Deus, a Igreja de Nossa Senhora do Pilar, o Forte do Brum e o local da antiga Sinagoga correspondem às áreas de proteção do patrimônio delimitadas como Zonas de Preservação Rigorosa nos trabalhos desenvolvidos pela FIDEM e pela Prefeitura da Cidade do Recife.

Por sua vez, o uso e a ocupação do solo recifense são atualmente regulados pela Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife, a LUOS, Lei nº 16.176 de 1996, e a execução de edificações é regulamentada pela Lei de Edificações e Instalações, Lei nº 16.292 de 1997, além de outras legislações incidentes sobre áreas específicas da cidade.

De acordo com a LUOS, todo o Bairro do Recife constitui uma ZEPH (Zona de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural) – ZEPH 09 – e ainda conta com legislação específica de proteção, a Lei nº 16.290, denominada Lei Sítio Histórico Bairro do Recife, de 1997.

Segundo o zoneamento desta lei municipal, o bairro está dividido em três setores, a saber: o Setor de Intervenção Controlada (SIC), o Setor de Renovação (SR) e o Setor de Consolidação Urbana (SCU). O Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife, a Igreja da Madre de Deus, o local da antiga sinagoga, o Forte do Brum e a antiga Estação do Brum estão incluídos no SIC, enquanto a Igreja de Nossa Senhora do Pilar está localizada no SR (Figura 1.2.4). As pontes Buarque de Macedo e Maurício de Nassau e alguns imóveis localizados no Setor de Renovação são destacados com vistas à sua preservação.

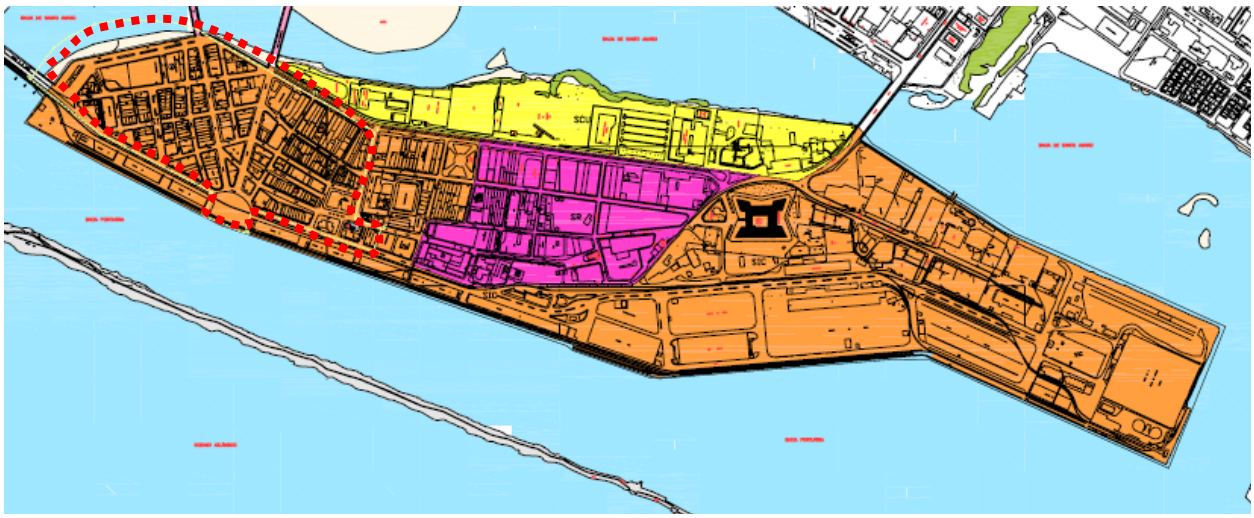


Figura 1.2.4: Bairro do Recife – a poligonal em vermelho corresponde ao conjunto tombado. A área laranja representa o SIC, a área rosa corresponde ao SR e a área em amarelo, ao SCU. **Fonte**: Elaborado pela 5ª SR/IPHAN, a partir de mapa-base da URB/Unibase 2002, formatado por Ana Carolina Puttini.

Os parâmetros construtivos e urbanísticos definidos por estas leis – gabarito, coeficiente de utilização, taxa de solo natural e taxa de ocupação e recuos (lateral, frontal e fundos) – variam de setor para setor e estão sistematizados a seguir (Figura 1.2.5).

Tabela 1 - Parâmetros construtivos e urbanísticos para o Bairro do Recife
Lei nº 16.176 e Lei nº 16.290

Lei/Parâmetros	Lei de Uso e Ocupação do Solo - Lei 16.176	Lei Sítio Histórico Bairro do Recife - Lei 16.290
Gabarito	*	SIC: análise caso a caso
		SR: 40 m
		SCU: 12m (base) e 76 m (torre)
Coef. Ref (Coef. referencial de utilização)	*	SIC: 2,4
		SR: 2,4
		SCU: 2,4
Coef. Máx. (Coef. máximo de utilização)	7	SIC: análise caso a caso
		SR: 3
		SCU: análise caso a caso
TSN taxa de solo natural	20%	SIC: análise caso a caso
		SR: 20%
		SCU: 40%
TO taxa de ocupação	*	SIC: análise caso a caso
		SR: análise caso a caso
		SCU: 40% (base) 20% (torre)
Recuos	Frontal = nulo	SIC: análise caso a caso
	Lateral /Fundos= nulo/1,50 m para edif. com até 2 pavtos	SR: análise caso a caso
	Lateral /Fundos= nulo/3,00 m para edif. com mais de 2 pavtos	SCU: análise caso a caso

Figura 1.2.5: Tabela dos parâmetros construtivos e urbanísticos para o Bairro do Recife. **Fonte**: Elaborada pela 5ª SR/IPHAN, sistematizada/formatada por Aline de Figueirôa Silva.

Estes parâmetros, no entendimento do IPHAN, são insuficientes e insatisfatórios para a ação de preservação.

Ainda em relação à proteção dos entornos, apesar de as análises de projeto a serem executados no Bairro do Recife não estarem respaldadas pela Portaria nº 10, de 1986, os processos são encaminhados para apreciação da 5ªSR/IPHAN por conta de acordo firmado com a administração municipal.

Em 2000, o Bairro do Recife em toda sua extensão foi cadastrado como sítio arqueológico no CNSA-IPHAN, conforme preenchimento da ficha pelo arqueólogo Paulo Tadeu de Souza Albuquerque, estando protegido pela Lei nº 3.924, de 1961 e pela Portaria nº 7 de 1988.

2. A Metodologia

Delineado o objetivo do estudo, a análise se baseou em diferentes fontes, procurando ordenar conceitos e procedimentos extraídos de trabalhos anteriormente desenvolvidos pelo ou com a participação do IPHAN e pela Prefeitura da Cidade do Recife, legislações municipal e federal, Cartas Patrimoniais e outros referenciais apontados ao longo do texto. Por outro lado, o próprio objeto de trabalho – o Bairro do Recife – sugeriu alguns caminhos a serem percorridos para a definição do método de análise. Desse modo, diante do exposto, o método e os procedimentos metodológicos adotados estão relacionados a seguir.

2.1 O método

Primeiramente, um passo fundamental para a proposição de um polígono de entorno foi a própria definição do termo, amplamente utilizado entre o corpo técnico do IPHAN, e uma breve distinção em relação a outras expressões de uso corrente que são utilizadas na mesma direção, a saber: ambiência e paisagem, da qual se desdobra o conceito de unidade de paisagem. Discutidos esses conceitos, segue-se à caracterização das ambiências para a definição do polígono e ao estudo de caso referente à sugestão de revisão do polígono do conjunto tombado. Então, o método adotado pode ser escrito da seguinte forma:

- **Definição de entorno**

A expressão "entorno" é utilizada genericamente para designar a "vizinhança" ou "circunvizinhanças", os "arredores", as "proximidades" ou as "cercanias" de um objeto, para utilizar as denominações empregadas em legislações, trabalhos e outros documentos patrimoniais. É, portanto, um conceito físico, espacial, que se refere aos arredores de um bem, como, por exemplo, uma edificação, um conjunto urbano, um bairro ou uma cidade. Nesse sentido, o entorno de uma edificação tombada pode ser um conjunto urbano ou um bairro e deste, a cidade, que, por sua vez, teria como entorno o território de uma região metropolitana e assim sucessivamente.

- **Definição de ambiência**

A "ambiência", por sua vez, transcende a noção de entorno, sendo definida como o quadro natural e construído no qual o bem está inserido e que leva em conta muitas outras características; designa o ambiente que envolve o bem, seu meio ou contexto ou moldura, constituído por elementos naturais e construídos (Carta de Veneza, 1964; Normas de Quito, 1967; Manifesto de Amsterdã, 1975; Unesco, 1976 *in* Cury, 2000). Entende-se, pois, que a ambiência teria um sentido de "paisagem circundante", apesar de que o bem, propriamente, é parte integrante dessa paisagem, a qual não seria tratada apenas como invólucro a partir dessa noção de "circundante", assunto aprofundado na seqüência.

- **Definição de paisagem e unidade de paisagem**

Como expressão polissêmica que é, conforme apreciação de Meneses (2002), a paisagem é um conceito complexo, que admite uma infinidade de aportes e passeia por diversas disciplinas, desde a Geografia, como uma das suas categorias-chave, até atingir o âmbito patrimonial, inclusive com o qualitativo "cultural", constituindo a categoria de tombamento "paisagem cultural" instituída pela Unesco em 1992.

Entretanto, ao longo da evolução do pensamento preservacionista, a paisagem foi discutida bem antes do encontro de 1992, como pode ser visto num passeio pelos principais documentos patrimoniais, sobretudo aqueles decorrentes de conferências e reuniões de caráter internacional.

Entre 1962 e 1995, pode-se perceber a ampliação do quadro de valores atribuídos à paisagem, embora esta, ora seja compreendida como um invólucro, o ambiente circundante, ora, circunscrita como sinônimo de natureza. Nesse sentido, por vezes a paisagem é o próprio objeto de preservação e, em outros documentos, é a "moldura" ou o "invólucro" que protege o monumento ou o bem reconhecido como patrimônio. Nessas cartas, a paisagem é compreendida de forma muito genérica, carecendo de uma maior definição, o que vem ocorrer em 1995 com a Recomendação sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais.

A Recomendação oferece uma definição bastante precisa e objetiva, incorporando diferentes dimensões da paisagem. Segundo a Carta, paisagem é a "expressão formal dos numerosos relacionamentos existentes em determinado período entre o indivíduo ou uma sociedade e um território topograficamente definido, cuja aparência é resultado de ação ou cuidados especiais, de fatores naturais e humanos e de uma combinação de ambos" (Cury, 2000, p. 331).

Entende-se que a paisagem é, portanto, esse quadro natural e construído, resultante dos fatores da natureza e da ação humana e que transcende a noção de entorno. É a própria ambiência do bem, que se expressa através de formas físicas, melhor dizendo, as formas da paisagem. A paisagem, entretanto, transcende a ambiência e passa a englobar o próprio objeto de tombamento numa compreensão de sistema. Não se trata, então, de uma paisagem circundante na acepção de envoltório, mas de uma elaboração que reúne elementos naturais e construídos, incluindo edificações e núcleos históricos.

A paisagem apresenta-se como uma noção multifacetada, muito mais complexa que o entendimento do senso comum, que a circunscreve à sua dimensão física (na acepção de panorama, de um lance abarcado pela visão) ou à sua dimensão natural (como sinônimo de natureza, portanto longe ou mesmo livre da presença humana). É na paisagem que se materializa a relação entre o homem e a natureza, em determinado tempo e espaço. Ela é um sistema composto por formas integrantes e interdependentes; é viva, dinâmica, está em processo constante de desenvolvimento e de substituição e evolui de acordo com as forças naturais e as ações das sociedades humanas que nela atuam. Todavia, ao mesmo tempo em que a paisagem é um sistema, ela é também uma unidade, constituída por atributos que a tornam homogênea, coesa, única e inconfundível dentro de um conjunto de paisagens. Nesse sentido, pode-se falar em uma noção de "paisagem integral", segundo a visão de Josué de Castro, que segue uma "orientação correlacionista, (...) que procura reivindicar não apenas os traços culturais da paisagem, reveladores da atuação criadora do homem, mas também os seus traços naturais, que condicionam e dirigem, até certo ponto, esta ação do fator humano" (Castro, 1948, p. 8).

Além das formas, a paisagem tem, então, diferentes dimensões que podem ser investigadas de acordo com o objetivo pretendido, caracterizando diversos modos de olhar. A paisagem pode, por exemplo, ser investigada através dos relacionamentos entre os indivíduos e o território, ressaltando o simbólico, pela relação entre suas partes diversas – o material e o imaterial – ou ainda pela dimensão histórica, reveladora da ação do homem ao longo do tempo. Por sua vez, análise morfológica é o estudo capaz de desvendar essa expressão formal. Segundo Lamas (1993), a morfologia urbana estuda essencialmente aspectos exteriores do meio urbano e suas relações, explicando a paisagem urbana.

Desse modo, são precisamente a dimensão morfológica e a dimensão histórica da paisagem que servem à perspectiva do presente trabalho, nesse caso, caracterizar a ambiência ou ambiências do Bairro do Recife, que assinalam sua heterogeneidade, com vistas a delimitar o polígono de entorno de preservação dos bens arquitetônicos tombados e sugerir a rerratificação do polígono do conjunto tombado.

Essas diferentes ambiências são porções do sistema se paisagem, podendo ser consideradas como "unidades de paisagem" ou áreas que resguardam características comuns, sensíveis à percepção humana, que, por sua vez, se dá pelo seu sistema sensorial com predominância do sentido visual, motivo pelo qual, na percepção da unidade de paisagem será preponderante o critério de visibilidade. Ou seja, a ambiência (ambiente natural e construído) dos bens tombados será apreendida pelo critério de visibilidade, na análise morfológica e, por outro lado, incorpora a dimensão histórica – o que permite a delimitação do polígono de entorno. Inclusive o Decreto-lei nº 25 de 1937, em seu artigo 18, dispensa atenção sobre a visibilidade da coisa tombada.

Para Franco (2000), unidades de paisagem são áreas caracterizadas por uma unidade conferida pela forma como os seus elementos físicos (água, vegetação, solos, rochas), bióticos (fauna e flora) e antrópicos (decorrentes da ação humana) que se apresentam espacialmente configurados. A unidade de paisagem é, portanto, uma subdivisão do sistema e está muito mais ligada à percepção humana comum. Nela, existe um padrão dos elementos da paisagem considerados na análise, como topografia, solo, vegetação e intervenção humana (casario, igrejas, fortes, praças e jardins, arruamentos, etc).

Ainda segundo o texto-base do Plano Diretor do Recife (2004), unidades de paisagem são as fisionomias peculiares do tecido urbano que resguardam características específicas e determinam vocações, devendo ser objeto de planos de intervenção paisagística. Partindo dessa premissa, o ambiente construído é o conjunto de unidades de paisagem caracterizado pela presença predominante de intervenções humanas expressas no conjunto edificado, nas infra-estruturas e nos espaços públicos. O ambiente natural é o conjunto de unidades de paisagem constituído, predominantemente, pelos elementos naturais remanescentes e/ou introduzidos, entendidos como ecossistemas naturais e suas manifestações fisionômicas, com particular destaque às águas superficiais, à fauna e à flora.

Desse modo, diante das noções de "entorno", "ambiência", "paisagem" e "unidade de paisagem" ora discutidas, apresentam-se os gráficos a seguir como síntese da discussão (Figuras 2.1.1 e 2.1.2).

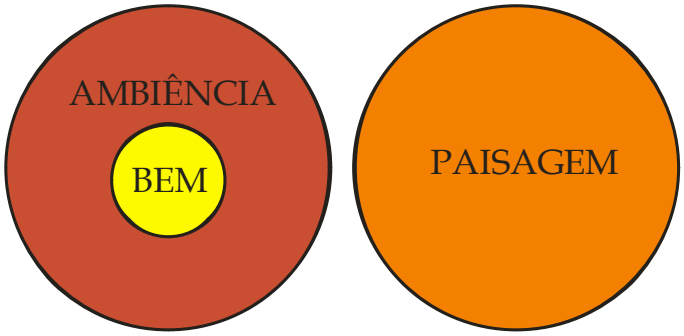


Figura 2.1.1: Representação das noções de ambiência e paisagem.
Fonte: Elaborado pela 5ª SR/IPHAN, desenho de Aline de Figueirôa Silva.

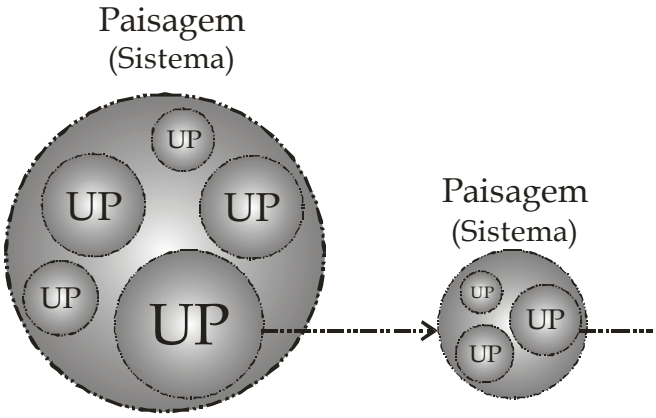


Figura 2.1.2: Representação das noções de paisagem e unidade de paisagem.
Fonte: Elaborado pela 5ª SR/IPHAN, desenho de Aline de Figueirôa Silva.

- **A caracterização da ambiência: delimitação das unidades de paisagem**

Analogamente aos Planos de Preservação pesquisados e à perspectiva do Plano Diretor do Recife, foi realizada uma subdivisão do bairro, com vistas à caracterização de sua ambiência ou das ambiências dos bens tombados. A referência para a delimitação do entorno é, então, o sistema de paisagem, que será subdividido em unidades de paisagem. O texto-base para discussão do Plano Diretor do Recife (2004) divide o sistema de paisagem em unidades; nele, o bairro do Recife inteiro corresponde a uma unidade de paisagem (Figura 2.1.3).

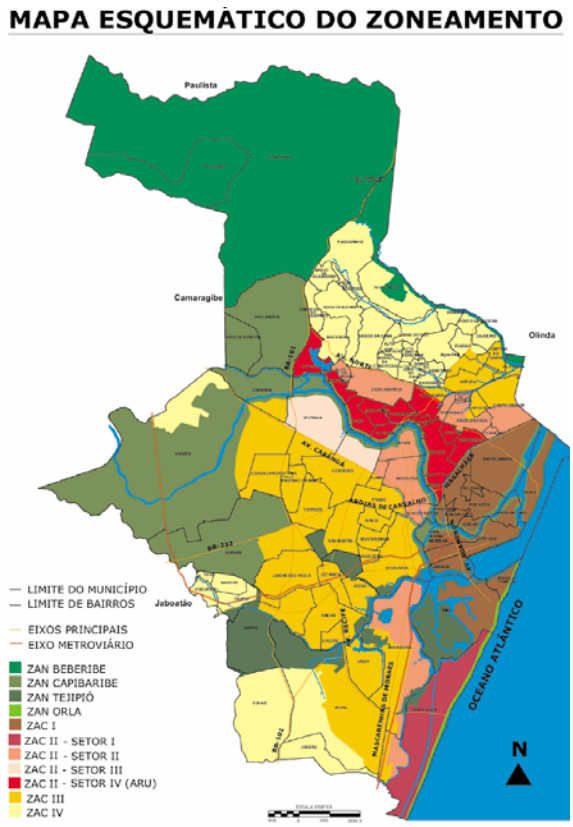


Figura 2.1.3: Mapa do Recife, cuja paisagem foi subdividida em unidades no texto-base para discussão do Plano Diretor do Recife. **Fonte**: Prefeitura da Cidade do Recife, 2004.

Na delimitação do polígono de entorno, foi utilizado um procedimento análogo para subdividir o bairro. Ou seja, propôs-se um aprofundamento do conceito, decompondo a paisagem do

Bairro do Recife em unidades de paisagem, analisada através das dimensões histórica e morfológica. Para tanto, foram observados alguns elementos da paisagem, com vistas à da análise histórico-morfológica com base no trabalho de Lamas (1993), na Carta de Washington (1982), no INBI-SU (Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos) e no Programa de Arqueologia Urbana para a Cidade do Recife: Projeto 01 – Bairro do Recife (2000). Esses elementos são:

Tipologia das edificações
Gabarito (número de pavimentos/altura total)
Implantação no lote (recuos)
Forma e tamanho do lote (parcelamento)
Fachadas
Coroamento (perfis)
Cobertura
Espaços livres públicos
Lineares (ruas e cais)
Não-lineares (praças)
Traçado urbanístico
Outros elementos
O mar
O rio
Os arrecifes

A análise ocorreu em nível macro, considerando as diversas descaracterizações, baseando-se, portanto, no critério de predominância e respaldando-se em um mapa elaborado pelos arqueólogos Paulo Tadeu de Souza Albuquerque e Miriam Cazzetta, constante no supracitado Programa de Arqueologia Urbana e reformulado através de reunião conjunta com a supervisora do presente trabalho. Primeiro procedeu-se à subdivisão em unidades de paisagem considerando a época da conquista do solo, seu parcelamento e a implantação e tipologia das edificações, buscando-se fazer uma análise da paisagem a partir dos seus elementos físicos, objetivos (o visível), tomando como parâmetro o critério de visibilidade, porém, considerando o fato de ser um sítio arqueológico, cuja conquista do solo deu-se através um processo secular, incorporando, portanto, a dimensão histórica ao trabalho.

- **O estudo de caso Rua do Brum: sugestão de rerratificação do polígono de tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife.**

A análise da paisagem do Bairro do Recife, conforme o método proposto, apontou que as unidades identificadas não coincidem com a "unidade legal", ou seja, o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife. O polígono que lhe é correspondente incorpora apenas parte de uma mesma unidade de paisagem constituída por quadras delimitadas pela Rua Cais do Apolo e pela Rua do Brum. Esta área, embora não inserida no conjunto tombado, ainda resguarda um grande acervo arquitetônico, que agrega valores históricos, artísticos (arquitetônicos e urbanísticos) e de antigüidade, motivo pelo qual se optou por um aprofundamento no estudo dessas quadras, como sugestão de sua inclusão no polígono de tombamento federal. Para tanto, além dos documentos citados, foram consultadas algumas fichas identificadas na pesquisa, a saber: a ficha do INBI-SU, a ficha da URB-Recife, de um cadastro de sítios históricos do Recife feito pelo Departamento de Preservação de Sítios Históricos-DPSH e uma terceira ficha disponível na 5ª SR/IPHAN.

2.2 Os procedimentos metodológicos

Traçado o caminho que conduziu o trabalho, isto é, o método, para sua aplicação foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos, executados simultaneamente.

- **Levantamento bibliográfico – livros, artigos, leis, trabalhos técnicos;**
- **Levantamento iconográfico – mapas, fotos e gravuras antigas;**
- **Visitas à área para observação, levantamento arquitetônico e fotográfico;**
- **Elaboração de ficha para levantamento de campo/preenchimento das fichas;**
- **Execução de mapas, tabelas, gráficos, desenhos.**

3. A proposta de delimitação do polígono

Apresenta-se o mapa das Unidades de Paisagem do Bairro do Recife (Figura 3.1), a seguir descritas e ilustradas.

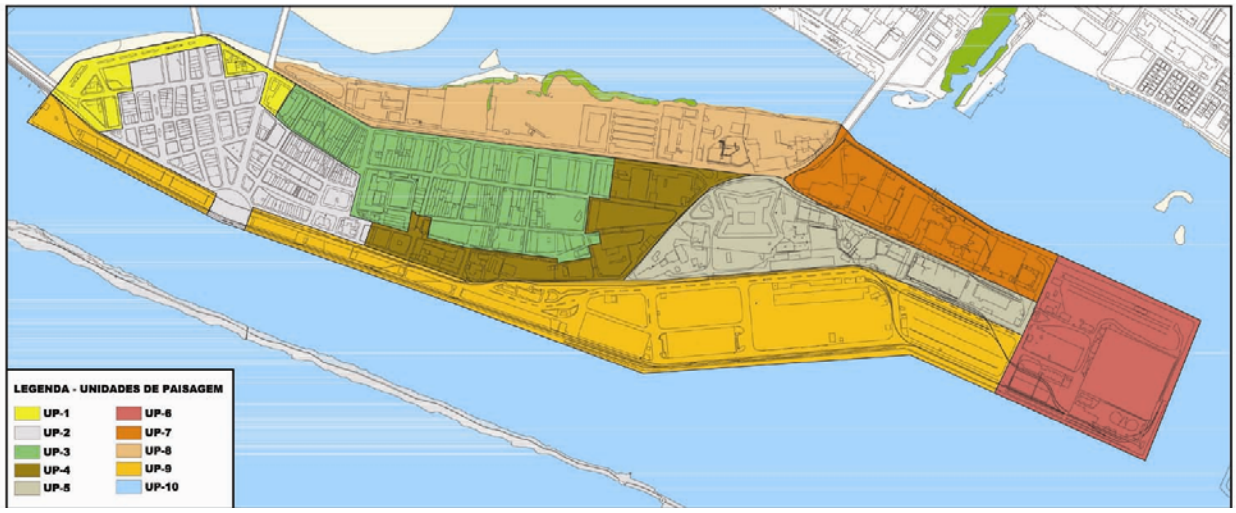


Figura 3.1: Mapa das Unidades de Paisagem do Bairro do Recife. **Fonte**: Elaborado pela 5ª SR/IPHAN, a partir de mapa-base da URB/Unibase 2002, formatado por Rodrigo Cantarelli.

3.1 A caracterização das Unidades de Paisagem

Unidade de Paisagem 1 (UP 1)

Esta Unidade é marcada pelo atual Cais da Alfândega, fruto de aterro recente, e pela implantação de novos edifícios, a partir da segunda metade do século XX, com linhas verticais acentuadas, como o prédio do Banco do Brasil, Bandepe e o edifício da Votorantin. O edifício-garagem do Paço Alfândega também se incorpora a esta Unidade em função da utilização de elementos contemporâneos contrastantes com o Bairro Antigo. O Cais e o edifício-garagem foram objeto de intervenção do Programa Monumenta-BID (Figuras 3.1.1 a 3.1.3).





Figuras 3.1.1 e 3.1.2: Bairro do Recife, 29-06-2005. À esquerda, o Bandepe e o Banco do Brasil vistos da Ponte Maurício de Nassau e à direita, da margem oposta do Rio Capibaribe, observam-se a Igreja da Madre de Deus, o Paço Alfândega, a Livraria Cultura e o prédio da Votorantin. **Fonte**: Fotos de Aline de Figueirôa Silva, Acervo da 5ª SR/IPHAN.



Figura 3.1.3: Bairro do Recife, à direita a Livraria Cultura, ligando-se ao Edifício-garagem do Paço Alfândega, 20-05-2005. **Fonte**: Foto de Rodrigo Cantarelli, Acervo da 5ª SR/IPHAN.

Unidade de Paisagem 2 (UP 2)

A UP 2 é marcada por estruturas arquitetônicas e urbanísticas implantadas ao longo dos séculos, desde a primitiva ocupação no Sul do istmo até as intervenções realizadas no início do século XX.

Apesar de homogeneidade tipológica, dada principalmente pelo gabarito das edificações, esta Unidade guarda subunidades, como o parcelamento e as edificações do século XVI ao XVIII, construções do século XVII na Rua Vigário Tenório e Rua Tomazina, as quais merecerão aprofundamento em trabalho posterior.

Há uma predominância de prédios com fachadas ecléticas, possuindo conjuntos de edificações com a aparência exterior de um único prédio (Figuras 3.1.4 e 3.15). Também ressaltam o traçado eclético, que configura quadras em formato "ferro de engomar", e um parcelamento constituído por lotes estreitos e curtos. Por outro lado, a UP 2 é entremeada por edifícios modernos que, de forma pontual, se misturam às edificações do século XVI ao século XX.





Figuras 3.1.4 e 3.1.5: Edificações ecléticas no Bairro do Recife, 20-05-2005. **Fonte**: Fotos de Rodrigo Cantarelli, Acervo da 5ª SR/IPHAN.

Integram a UP 2 a Igreja da Madre de Deus e o prédio da antiga Alfândega, o Teatro Apolo, o local da antiga Sinagoga e a Torre Malakoff, remanescente do antigo complexo do Arsenal da Marinha, além da Praça Artur Oscar.

Como ponto de convergências das grandes avenidas radiais, a Praça do Marco Zero abre-se para o horizonte, como um grande terraço de contemplação do mar e do molhe (Figura 3.1.6). Por outro, lado, a Praça vista dos arrecifes, abre-se em três direções, pontuadas pelos prédios da Bolsa de Valores, da Associação Comercial e do Espaço Cultural Bandepe, compondo o traçado eclético (Figura 3.1.7).



Figura 3.1.6: Praça do Marco Zero, entre os Armazéns 12 e 13, onde desembocam as avenidas radiais, 29-06-2005. **Fonte**: Foto-montagem de Aline de Figueirôa Silva, Acervo da 5ª SR/IPHAN.



Figura 3.1.7: Praça do Marco Zero e os edifícios do Centro Cultural Bandepe, da Associação Comercial e da Bolsa de Valores, vistos do molhe, 25-01- 2006. **Fonte**: Foto de Aline de Figueirôa Silva, Acervo da 5ª SR/IPHAN.

Unidade de Paisagem 3 (UP 3)

Esta Unidade é composta por edificações possivelmente construídas entre o final do século XVIII e o século XIX, sobre assoreamento ocorrido no XVIII que, no entanto, guardam do ponto de vista urbanístico e arquitetônico características uniformes decorrentes de posturas edilícias que pautaram sua construção (Figuras 3.1.8 e 3.1.9). Trata-se de grandes armazéns, em geral com duas fachadas (frente e fundos), marcados por elementos definidores de cotas de piso (bocel) e cotas altimétricas (cimalhas), utilização de três arcos e cunhais de pedra nas edificações de cabeça-de-quadra. O parcelamento é composto por lotes mais largos e mais profundos em relação ao padrão predominante na UP 2. Em seu interior, a UP 3 hoje incorpora a Favela do Rato ou Comunidade do Pilar e tanques nos terrenos que lhe são adjacentes, desapropriados para a expansão do porto. A UP 3 é demarcada a Norte pela Igreja de Nossa Senhora do Pilar e se estende facejando a Fábrica Pilar (UP 4) até encontrar a Av. Martin Luther King (Cais do Apolo), prossegue na direção Sul até encontrar o Banco do Brasil (UP 1). A UP 3 compreende a Rua do Apolo e a Rua do Observatório, englobando o prédio da Capitania dos Portos, que se estende por quase uma quadra inteira e remonta à intendência construída no fim do século XVIII junto ao Arco do Bom Jesus (na altura da atual Praça do Arsenal da Marinha) e excluindo os silos do Moinho Recife.




Figuras 3.1.8 e 3.1.9: À esquerda, conjunto edificado na Travessa Tiradentes, 16-09-2005, e à direita, conjunto edificado na Rua do Brum, 19-09-2006. **Fonte**: Fotos de Aline de Figueirôa Silva, Acervo da 5ª SR/IPHAN.

Unidade de Paisagem 4 (UP 4)

A UP 4 é claramente delimitada pela Av. Martin Luther King por um lado, e, por outro, pela Av. Alfredo Lisboa, que a separa da área portuária. A porção Norte é delimitada pela Av. Militar, mais precisamente pela vizinhança do Forte do Brum e, no sentido oposto, faceja os fundos da Igreja de Nossa Senhora do Pilar.

A Unidade corresponde ao solo decorrente de área assoreada desde meados do século XVIII e é marcada pelos prédios da Fábrica Pilar e armazéns e posto de gasolina edificados no século XX (Figura 3.1.10). Ao Sul, incorpora edificações como o prédio da Fazenda e o Moinho Recife, implantado no bairro há um século, que passou por sucessivas modernizações, sendo a última intervenção por volta de 1950 e 1960 (Figuras 3.1.11 e 3.1.12).



Figura 3.1.10: Galpões e Fábrica Pilar, 03-02-2006. **Fonte**: Foto de Ana Carolina Puttini, Acervo da 5ª SR/IPHAN.





Figuras 3.1.11 e 3.1.12: Edificações da Fazenda, à esquerda, e do Moinho, à direita, 21-10-2005. **Fonte**: Fotos de Aline de Figueirôa Silva, Acervo da 5ª SR/IPHAN.

Unidade de Paisagem 5 (UP 5)

Esta Unidade é constituída pelo Forte do Brum, assentado em solo que se encontrava com o mar até a execução da reforma portuária do início do século XX. O terreno é remanescente do antigo istmo e o Forte, da primeira metade do século XVII, como um dos exemplares do aparato de defesa edificado no bairro (Figuras 3.1.13 e 3.1.14). Apesar de ter perdido sua relação com o mar, ele destaca-se para compor a UP 5, claramente delimitada, por um lado, pela Av. Alfredo Lisboa e um muro, que o separa do setor portuário (UP 9) e, por outro lado, pela Rua Doutor Ascanio Peixoto, no limite com a UP 6. Bastante recentes, os tanques da Petrobrás implantados na sua vizinhança imediata, embora divergindo bastante em relação à tipologia arquitetônica, foram incluídos nesta Unidade por estarem localizados em terreno remanescente do primitivo istmo, claramente destacado. As áreas livres que circundam o Forte lhe fornecem espaço de contemplação e minimizam o impacto com os tanques, que, de alguns pontos, não são avistados (Figura 3.1.15). Na ocasião da formulação dos parâmetros construtivos para o entorno do Forte do Brum, deverão ser observadas as normas militares que caracterizam a sua condição militar.



Figura 3.1.13: Forte do Brum, 29-06-2005. **Fonte**: Foto-montagem de Aline de Figueirôa Silva, Acervo da 5ª SR/IPHAN.



Figura 3.1.14: Bairro do Recife, em destaque o Forte do Brum, 2006. **Fonte**: Foto de Virgínia Pontual, Projeto Istmo de Recife e Olinda – CECI/Funcultura, cedida à 5ª SR/IPHAN.



Figura 3.1.15: Forte do Brum, 29-06-2005. **Fonte**: Foto-montagem de Aline de Figueirôa Silva, Acervo da 5ª SR/IPHAN.

Unidade de Paisagem 6 (UP 6)

Construídos na extremidade Norte do bairro, na segunda metade do século XX, os armazéns do Sindaçúcar e os silos localizados junto ao mar arrematam o final da ilha. Com suas formas e gabarito marcantes, são avistados de Olinda, tanto da colina, quanto do coqueiral na planície e do istmo, como dois pequenos morros assentados sobre um solo configurado após a ruptura do istmo no século XX (Figura 3.1.16 a 3.1.18).





Figuras 3.1.16 e 3.1.17: Bairro do Recife, em destaque os armazéns do Sindaçúcar e, ao fundo, o istmo, 2006. À direita, os armazéns vistos a partir do sentido oposto (Colina Histórica Olinda), 2006. **Fonte**: Fotos de Virgínia Pontual, Projeto Istmo de Recife e Olinda – CECI/Funcultura, cedidas à 5ª SR/IPHAN.



Figura 3.1.18: Bairro do Recife visto de Olinda (Vila Naval), destacando-se os armazéns do Sindaçúcar, 19-01-2006.
Fonte: Foto de Aline de Figueirôa Silva, Acervo da 5ª SR/IPHAN.

Unidade de Paisagem 7 (UP 7)

Na porção Norte do bairro localiza-se a UP 7, visivelmente demarcada pelo sistema viário e onde está a Cruz do Patrão, deslocada do seu lugar original, em terras conquistadas ao rio no século XX. A Unidade é delimitada a Oeste pelas margens do Rio Beberibe, a Leste, pela Rua Doutor Ascanio Peixoto e a Sul pela Avenida Militar, que se conecta à Ponte do Limoeiro. A UP 7 é uma longa faixa de terra, que, além da Cruz do Patrão, abriga uma série de galpões ligados às atividades portuárias (Figuras 3.1.19 e 3.1.20).



Figura 3.1.19: Bairro do Recife, à direita a UP2.1, junto ao Rio Beberibe, 2006.
Fonte: Foto de Virgínia Pontual, Projeto Istmo de Recife e Olinda – CECI/Funcultura, cedida à 5ª SR/IPHAN.



Figura 3.1.20: Bairro do Recife, em destaque a Cruz do Patrão, 2006.
Fonte: Foto de Virgínia Pontual, Projeto Istmo de Recife e Olinda – CECI/Funcultura, cedida à 5ª SR/IPHAN.

Unidade de Paisagem 8 (UP 8)

A Unidade de Paisagem 8 corresponde ao aterro realizado na segunda metade do século XX, conformando uma longa e estreita língua de terra sobre o Rio Capibaribe, onde foram erguidos edifícios institucionais. A sede da Prefeitura da Cidade do Recife e a sede do Tribunal Regional Federal, em maior altura, diferem do gabarito predominante na Unidade e no bairro. Estes prédios juntamente com os as edificações da UP 1 ressaltam do coroamento da maior parte do conjunto edificado e são visíveis de longe, tanto a partir da colina de Olinda, quanto do mar, ao se contemplar a ilha.

Unidade de Paisagem 9 (UP 9)

Esta Unidade de Paisagem bem poderia ser designada de paisagem portuária, por representar a atividade que deu origem ao bairro, quando o Recife ainda era uma pequena vila nascida do porto. É marcada pela existência de equipamentos portuários como os armazéns, os silos e os guindastes e é delimitada pela fachada litorânea que se estende por toda a extensão longitudinal do bairro paralelamente à linha de arrecifes (Figuras 1.1.21 e 1.1.22). O aterro remonta ao século XX, quando foi construída a maior parte dos armazéns durante a reforma do porto na primeira década do século. Esse conjunto de armazéns é constituído por exemplares que guardam a mesma tipologia, dada principalmente pelo gabarito e pelos materiais uniformes. Esses armazéns se estendem ao longo da fachada portuária até aproximadamente a altura da Igreja de Nossa Senhora do Pilar, a partir de onde está presente outro conjunto de armazéns, construídos em meados do século XX, com características distintas dos demais, porém resguardando o mesmo padrão tipológico, sobretudo pela manutenção do gabarito. Ainda integram a UP 9 os silos de grande porte localizados mais ao Norte da ilha.



Figura 1.1.21: O porto visto dos arrecifes, 25-01-2006. **Fonte**: Foto de Aline de Figueirôa Silva, Acervo da 5ª SR/IPHAN.



Figura 3.1.22: Área portuária do Bairro do Recife, à direita, 08-02-2006. **Fonte**: Foto de Paulo Tadeu Souza Albuquerque, Acervo da 5ª SR/IPHAN.

A Praça do Marco Zero, embora faça parte da UP 2, conectando as avenidas radiais, também compõe a UP 9, pelo seu caráter de ancoradouro, tanto para pequenos barcos que realizam a travessia diariamente, quanto para embarcações de maior porte que lá aportam, trazendo turistas ou para exibição ao público, ou ainda por servir de ponto de largada de regatas (Figuras 3.1.23 e 3.1.24). A praça situa-se entre dois armazéns como uma pausa e ponto de transição entre as duas UPs.





Figuras 3.1.23 e 3.1.24: Praça do Marco Zero, vista do alto e no nível do solo, em dia de exposição do veleiro Cisne Branco, 23-09-2005. **Fonte**: Fotos de Aline de Figueirôa Silva, Acervo da 5ª SR/IPHAN.

Unidade de Paisagem 10 (UP 10)

A décima e última Unidade de Paisagem corresponde ao primitivo ancoradouro natural formado pelos arrecifes de pedra, acrescidos por pedras artificiais no decorrer do tempo, hoje designados de "molhe do Recife" e às águas marítimas e fluviais constituídas pelo Oceano Atlântico e pelos Rios Capibaribe e Beberibe (Figuras 3.1.25 e 3.1.26).




Figuras 3.1.25 e 3.1.26: Molhe do Recife visto à esquerda no sentido Sul (comunidade de Brasília Teimosa e bairros do Pina e Boa Viagem) e, à direita, no sentido Norte (Olinda), 25-01-2006. **Fonte**: Fotos de Aline de Figueirôa Silva, Acervo da 5ª SR/IPHAN.

Os arrecifes, além de vetor de crescimento do porto, do bairro e da cidade, resguardam vestígios do antigo Forte do Picão, de antigos canhões hoje colocados para atracação de embarcações, do embasamento da antiga casa de banhos, e abrigam o Parque das Esculturas (Figura 3.1.27). Este consiste num conjunto escultórico concebido pelo artista plástico Francisco Brennand composto por pequenas peças como patas, tartarugas e ovos, pórticos e um obelisco implantado no alinhamento da Praça do Marco Zero (Figura 3.1.28). Apesar do acréscimo desses elementos, além do posteamento para transmissão de energia elétrica, a Unidade representa a pretérita paisagem.




Figuras 3.1.27 e 3.1.28: Molhe do Recife. À esquerda, o obelisco e à direita, outras esculturas do conjunto sobre os arrecifes naturais, 25-01-2006. **Fonte**: Fotos de Aline de Figueirôa Silva, Acervo da 5ª SR/IPHAN.

Todas essas Unidades assinalam a heterogeneidade da paisagem do Bairro do Recife e em conjunto representam as diferentes ambiências da ilha, a qual, também constitui um sítio arqueológico em toda sua extensão. Elas entremeiam terrenos do primitivo istmo do século XVI e os sucessivos aterros e reformas por que passou o bairro até a configuração atual.

Desse modo, o polígono de entorno proposto abarca a totalidade da ilha e incorpora, por um lado, os Rios Capibaribe e Beberibe, e, por outro, o mar e o molhe, preservando sua característica fundamental de insularidade, e a condição original de ancoradouro, resguardando vistas para o bairro a partir de ambos os lados (Figuras 3.1.29 e 3.1.30).

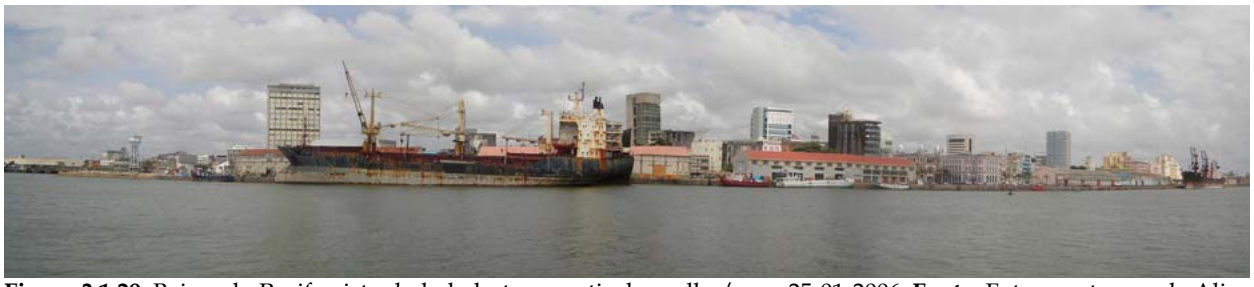


Figura 3.1.29: Bairro do Recife visto do lado leste, a partir do molhe/mar, 25-01-2006. **Fonte**: Foto-montagem de Aline de Figueirôa Silva, Acervo da 5ª SR/IPHAN.



Figura 3.1.30: Bairro do Recife visto do lado oeste, a partir do Rio Capibaribe, 29-06-2005. **Fonte**: Foto-montagem de Aline de Figueirôa Silva, Acervo da 5ª SR/IPHAN.

O molhe, por sua vez, foi incorporado em sua totalidade como uma das características marcantes da paisagem entendendo-se que não deveria ser considerado apenas na extensão que acompanha o Bairro do Recife já que o limite histórico-morfológico não coincide com o limite político-administrativo (Figura 3.1.31).



Figura 3.1.31: Molhe do Recife, 25-01-2006.
Fonte: Foto de Aline de Figueirôa Silva, Acervo da 5ª SR/IPHAN.

A vizinha ilha onde se localizam os bairros de Santo Antônio e São José e o município de Olinda apresentam polígonos de entorno que chegam às proximidades do Bairro do Recife, de forma que os pontos principais de visibilidade lhe estão resguardados por tais poligonais, o que, evidentemente, não dispensa a necessidade de que sejam revisadas. Nesse sentido, o encontro das poligonais remete à histórica ligação entre as duas cidades – a Vila de Olinda e o Povo dos

Arrecifes. O mapa final e a respectiva descrição do polígono são apresentados a seguir (Figura 3.2.1).

3.2 A descrição do Polígono de Entorno

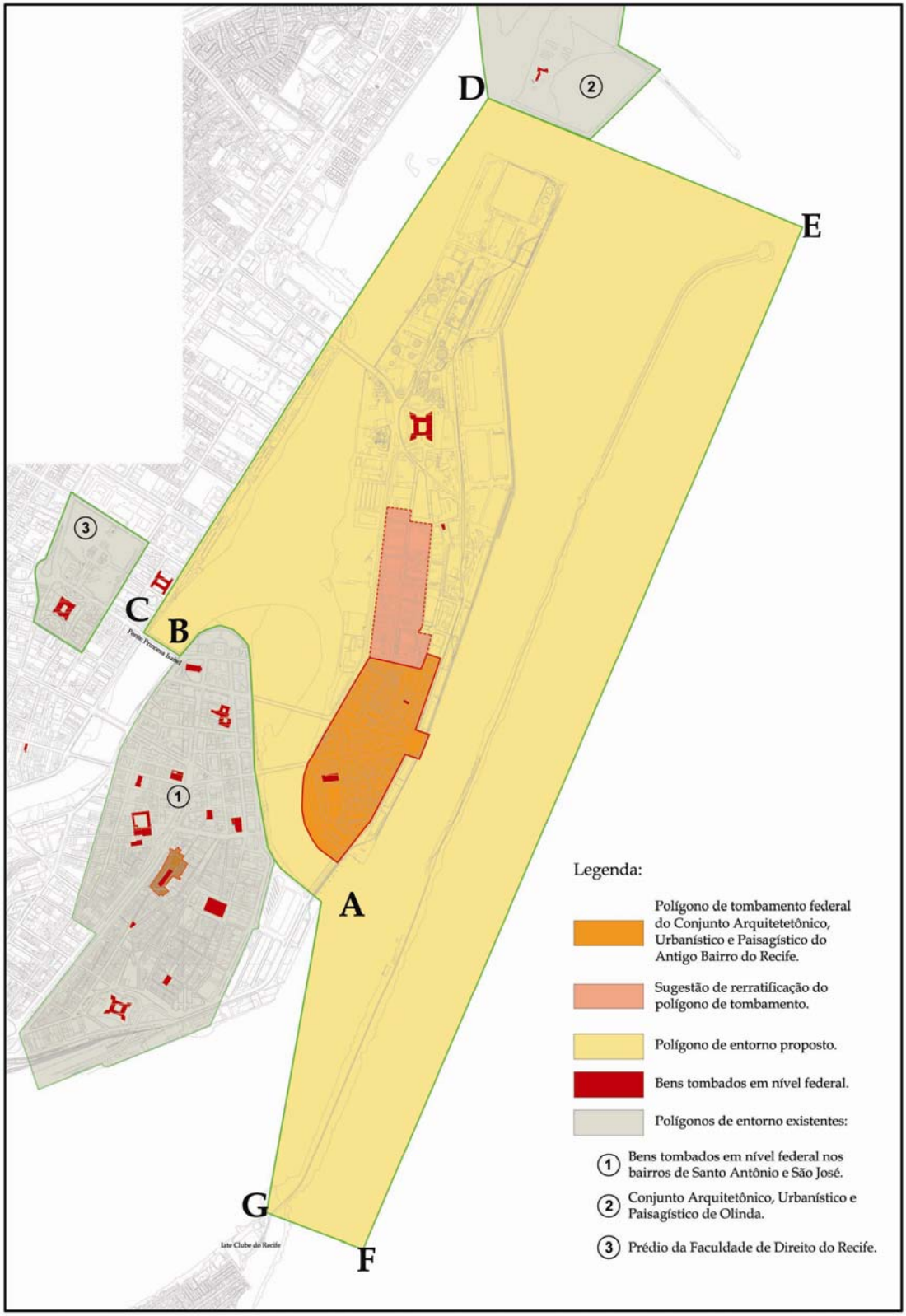


Figura 3.2.1: Mapa do polígono de entorno proposto.
Fonte: Elaborado pela 5ª SR/IPHAN, formatado por Aline Bacelar/Aline de Figueirôa Silva.

Inicia-se no ponto **A**, na confluência do ponto mais exterior do Cais de Santa Rita com a Bacia do Pina, segue contornando este cais e acompanha a linha marginal do Bairro de São José, passa pela Ponte Maurício de Nassau e continua pela linha marginal do Bairro de Santo Antônio, passa pela Ponte Buarque de Macedo e segue contornando o Campo das Princesas, até atingir o ponto **B**, na confluência com o eixo da Ponte Princesa Isabel. Neste ponto, segue pelo eixo da ponte até a confluência deste eixo com a Rua da Aurora, no ponto **C**. Nesse ponto, deflete 90º (noventa graus) à direita e prossegue por esse eixo até encontrar o ponto limite da área de entorno do município de Olinda, constituindo o ponto **D**. A partir deste ponto, segue pela linha marginal do istmo, tangenciando o polígono de entorno do município de Olinda e nessa mesma direção segue após percorrer 1.222 m (mil duzentos e vinte e dois metros) até atingir o ponto **E**, que ultrapassa a linha dos arrecifes. Neste ponto, deflete 89º (oitenta e nove graus) à direita e segue por uma linha imaginária, paralela à linha dos arrecifes, da qual dista perpendicularmente 300 metros, e, após percorrer 4.000 m (quatro mil metros) acompanhando os arrecifes, encontra o ponto **F.** Neste ponto, deflete 93º (noventa e três graus) à direita e percorrendo 370 m (trezentos e setenta metros), alcança o ponto **G**, localizado na intersecção do limite Norte da propriedade do Iate Clube do Recife, voltado para a Bacia do Pina, de onde percorre 1.135 (mil cento e trinta e cinco metros) até encontrar ponto **A**, retornando ao ponto inicial e fechando-se a poligonal.

4. A sugestão de ampliação do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife: Estudo de caso Rua do Brum

Diante do estudo realizado, entendeu-se que a "unidade legal", correspondente ao conjunto tombado, não coincide com as unidades em que foi dividida a paisagem do Bairro do Recife, ou seja, o perímetro do tombamento seciona uma área de mesma gênese histórico-morfológica. A leitura desse conjunto é imprescindível à compreensão da formação urbana do Antigo Bairro do Recife.

4.1 O estudo de caso

Ao se perceber as semelhanças entre as quadras tombadas do Cais do Apolo/Rua do Apolo e quadras do Cais do Apolo/Rua do Brum, iniciou-se o estudo sobre as edificações das quadras delimitadas pela Rua do Brum (quadras numeradas pelo município) para identificar características arquitetônicas e urbanísticas (Figura 4.1.1). O levantamento em fichas priorizou as edificações voltadas para a Rua do Brum, sendo incluído o casario localizado na Travessa Tiradentes (Quadra 110) (Figuras 4.1.2 a 4.1.8). Esta caracterização, em momento oportuno, deverá ser estendida às demais quadras adjacentes, por apresentarem elementos arquitetônicos e urbanísticos significativos. As fachadas apresentadas são esquemáticas, executadas a partir de fotografias e de visitas em campo.

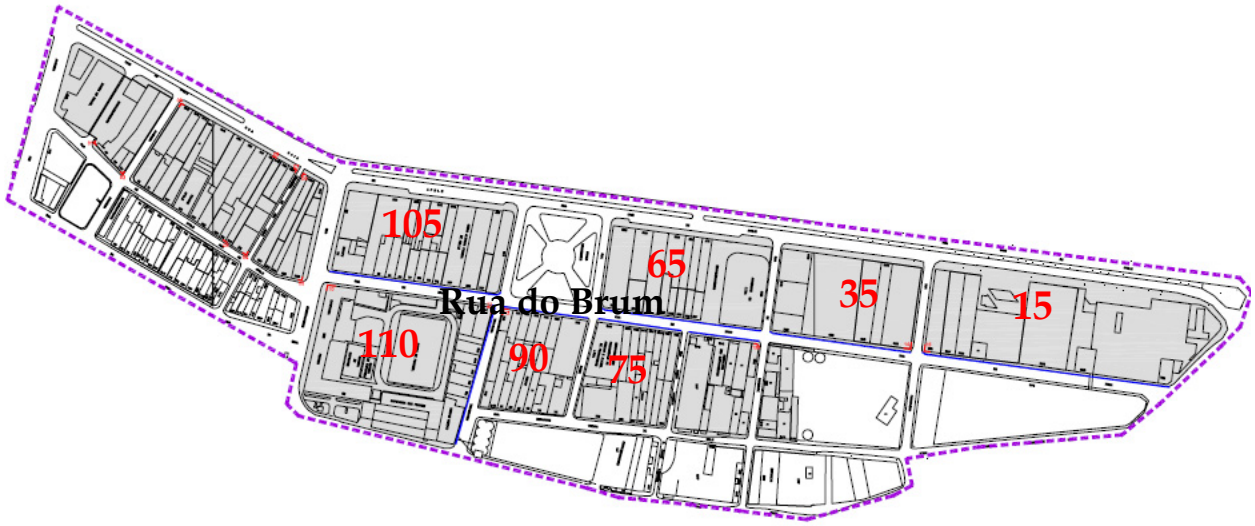


Figura 4.1.1: Mapa das quadras delimitadas pela Rua do Brum. **Fonte**: Elaborado pela 5ª SR/IPHAN, Desenho de Ana Carolina Puttini.



Figura 4.1.2: Fachada Esquemática da Quadra 105.
Fonte: Elaborada pela 5ª SR/IPHAN, Desenho de Ana Carolina Puttini.



Figura 4.1.3: Fachada Esquemática da Quadra 65.
Fonte: Elaborada pela 5ª SR/IPHAN, Desenho de Ana Carolina Puttini.



Figura 4.1.4: Fachada Esquemática da Quadra 35.
Fonte: Elaborada pela 5ª SR/IPHAN, Desenho de Aline Bacelar.

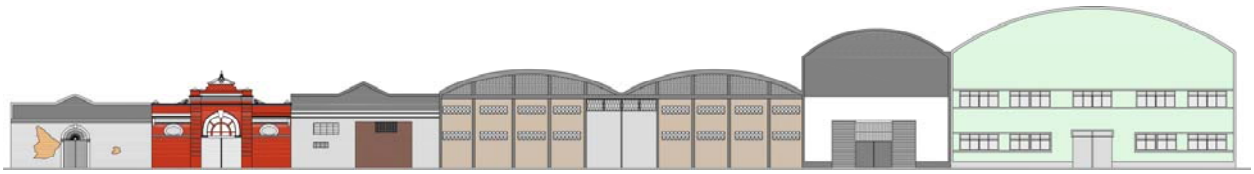


Figura 4.1.5: Fachada Esquemática da Quadra 15.
Fonte: Elaborada pela 5ª SR/IPHAN, Desenho de Ana Carolina Puttini.

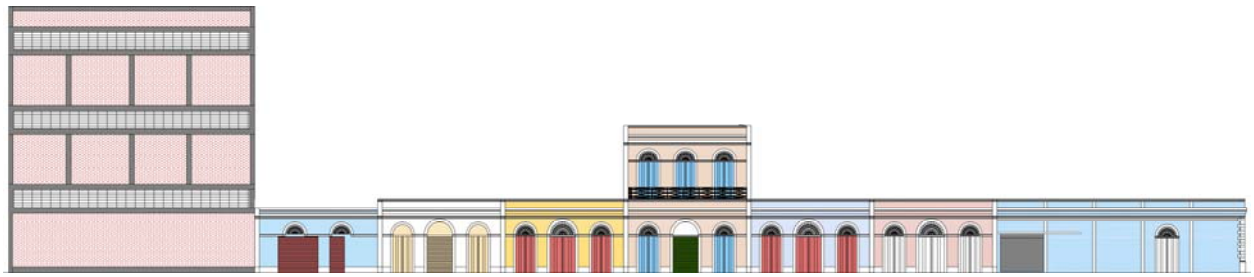


Figura 4.1.6: Fachada Esquemática da Quadra 110.
Fonte: Elaborada pela 5ª SR/IPHAN, Desenho de Ana Carolina Puttini.

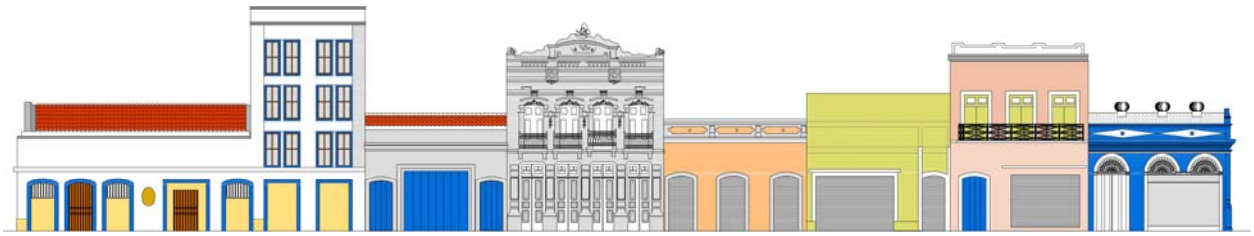


Figura 4.1.7: Fachada Esquemática da Quadra 90.
Fonte: Elaborada pela 5ª SR/IPHAN, Desenho de Ana Carolina Puttini.

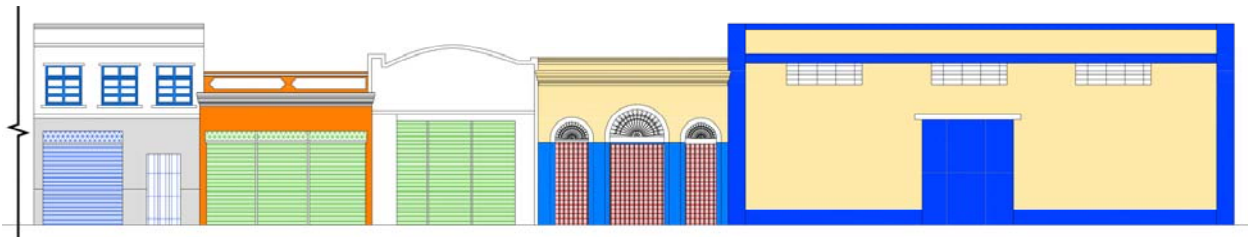


Figura 4.1.8: Fachada Esquemática da Quadra 75.
Fonte: Elaborada pela 5ª SR/IPHAN, Desenho de Ana Carolina Puttini.

A intenção não é questionar o mérito do acervo tombado, mas, apontar que outras áreas não incluídas no Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife seriam passíveis de proteção pelo Decreto-lei nº 25/1937. Trata-se, contudo, de um rápido inventário, realizado a partir de uma ficha elaborada durante o Programa, em que, na maioria das vezes não foi possível levantar características sobre coberturas e interiores (Figuras 4.1.9 e 4.1.10). Parte das edificações localizadas nessas quadras está incluída no Setor de Renovação, de acordo com a legislação municipal, que autoriza um gabarito de até 40m de altura, portanto, divergindo do padrão de ocupação original, o que evidencia a importância de proteger tal acervo.

MINISTÉRIO DA CULTURA

IPHAN — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

CADASTRO DE IMOVEIS LOCALIZADOS EM AREAS DE ENTORNO

IDENTIFICAÇÃO / LOCALIZAÇÃO

Nº PAUR	Nº REGISTRO IPHAN	LOGRADOURO / Nº		
03. 19. 86,87,96,97.	105.07/08	Rua do Brum, 85/93		
FORMA DO LOTE	**USO**	**GABARITO**	**IMPLANTAÇÃO NO LOTE**	**TAMANHO DO LOTE**
2 lotes retangulares	Comercial	3	Sem recuos	199,64 m² e 212,76 m²

FACHADA

ABERTURA DE VÃOS

TÉRREO: 3 vãos de porta (P1, P2 e P3) com cercadura em arco pleno distribuídos simetricamente; 3 vãos (P4, P5, P6) com cercadura reta distribuídos simetricamente; 2 vãos de janela (J1 e J2) no alinhamento de P4 e P5.
1º PAVTO: 6 vãos de janela-porta (PJ1 a PJ6), com cercadura em arco pleno, distribuídas simetricamente.
2º PAVTO: 6 vãos de janela (J3 a J8), com cercadura em arco pleno, distribuídas simetricamente.

ESQUADRIAS

TÉRREO: P1, P2 e P3 - portas em madeira, tipo ficha, de giro, 2 folhas; sendo P1 e P2 de menor largura, cor azul escuro.
P4, P5 e P6: portas de enrolar, de ferro, de dimensões variadas, cor azul escuro.
1º PAVTO: JP1 a JP6: janela-porta em madeira, com almofadas, 2 folhas de giro e bandeira em madeira com vitral colorido, cor azul escuro.
2º PAVTO: J2 a J8: janela em madeira, com almofadas, 2 folhas de giro e bandeira em madeira com vitral colorido, cor azul escuro.

ANÚNCIOS

Placa da firma, localizada entre a P5 e a J2 (CNG: Distribuidora de produtos e equipamentos odontológicos).

REVESTIMENTOS

TÉRREO: Alvenaria pintada em amarelo
1º PAVTO.: Alvenaria pintada em amarelo, com cercadura branca.
2º PAVTO.: Alvenaria pintada em amarelo, com cercadura branca.

DETALHES

TÉRREO: Soco da pilastra e cunhal.
1º PAVTO.: Guarda-corpo em ferro em toda a extensão da fachada.
2º PAVTO.: Resquícios de cornija nas extremidades com capitel, frisos e adornos no coroamento da platibanda.

COBERTA

Nº DE ÁGUAS	CUMEEIRA	MATERIAL

ESTRUTURA

ELEMENTOS INTERNO

OBSERVAÇÕES

ELEMENTOS PRESERVÁVEIS

Esquadrias (portas, janelas e janelas-portas), baulastrada em ferro, cunhais, bandeiras e vitrais, frisos, cornijas e adornos da platibanda.

Figura 4.1.9: Modelo da ficha utilizada para o estudo de caso.

Fonte: Elaborada pela 5ª SR/IPHAN, formatada no Programa *Access* por Ana Carolina Puttini.

MINISTÉRIO DA CULTURA
IPHAN — INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

CADASTRO DE IMOVEIS LOCALIZADOS EM AREAS DE ENTORNO

IMAGEM:



Identificação das aberturas na fachada

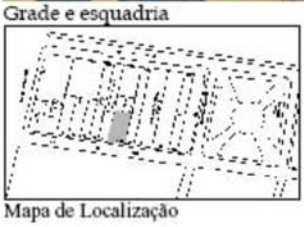

Detalhe: resquício da cornija e friso da platibanda


Fachada esquemática


Placa sinalizadora (propaganda)


Grade e esquadria


Detalhe do adorno da platibanda


Mapa de Localização

PREENCHIDO POR::	Aline de Figueirôa Silva e Ana Carolina Puttini	DATA:	23/9/2005
REVISADO POR::		DATA:	

Figura 4.1.10: Modelo da ficha utilizada para o estudo de caso.
Fonte: Elaborada pela 5ª SR/IPHAN, formatada no Programa *Access* por Ana Carolina Puttini.

No conjunto estudado e nas quadras adjacentes, foi observada a repetição das seguintes características: elementos definidores de cotas de piso (bocel) e de cotas altimétricas (cimalhas), a presença de cunhais em pedra nas edificações de cabeça-de-quadra, como marcação dos lotes a edificar, além do parcelamento dos lotes com mesma largura e profundidade (Figuras 4.1.11 e 4.1.12).



Figura 4.1.11: Cunhais de pedra do conjunto.
Fonte: Elaborado pela 5ª SR/IPHAN, fotos e montagem de Ana Carolina Puttini.



Figura 4.1.12: Cimalhas do conjunto.
Fonte: Elaborado pela 5ª SR/IPHAN, fotos e montagem de Ana Carolina Puttini.

Além destas características marcantes existentes no conjunto das quadras, foram identificados outros elementos arquitetônicos, de forma mais pontual, localizados no exterior ou no interior das edificações, até o ponto em que se teve acesso aos imóveis. Também foram identificados outros elementos urbanísticos merecedores de um estudo aprofundado e que agregam valores culturais ao conjunto. São exemplos: balaustradas em ferro inglês do século XIX, bandeiras em ferro ou vitrais, gradis de ferro, umbrais de pedra, pisos em pedra lioz, sacadas, calha de cobre, óculos, ferragens com um metro de extensão, portas e janelas em madeira e antigas argolas de ferro presas ao calçamento das ruas para amarrar animais, além dos trilhos remanescentes do transporte ferroviário (Figuras 4.1.13 a 4.1.16).




Figuras 4.1.13 e 4.1.14: Detalhes dos umbrais de pedra e piso de pedra lioz, 16-09-2005.
Fonte: Fotos de Ana Carolina Puttini.




Figuras 4.1.15 e 4.1.16: Detalhes do bocel e do óculo, 23-09-2005.
Fonte: Fotos de Ana Carolina Puttini.

Portanto, as quadras delimitadas pela Rua do Brum devem integrar o Conjunto Arquitetônico Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife, ficando a sugestão da ampliação a ser incorporada quando da Rerratificação do Polígono de Tombamento. A seguir apresenta-se a descrição do polígono correspondente à área a ser incluída no tombamento (Figura 4.2.1).

4.2 A descrição do Polígono ampliado

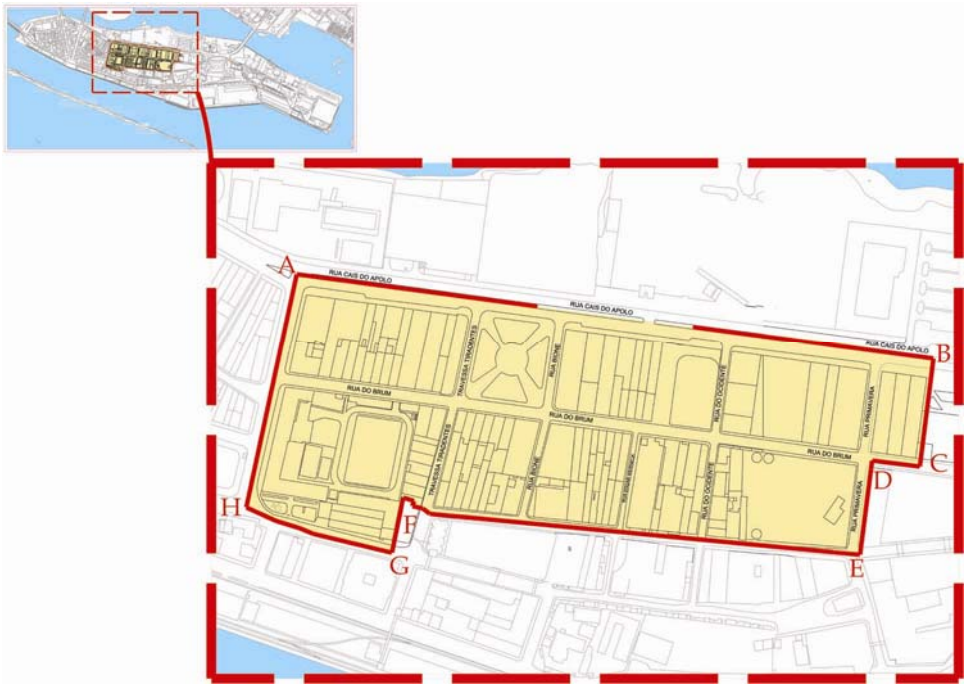


Figura 4.2.1: Sugestão de ampliação do polígono de tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife, a partir das quadras delimitadas pela poligonal em vermelho. **Fonte**: Elaborado pela 5ª SR/IPHAN, a partir de mapa-base da URB/Unibase 2002, formatado por Ana Carolina Puttini.

Inicia-se no ponto **A**, na confluência do eixo da Rua do Observatório com o eixo da Av. Cais do Apolo, seguindo 545 m (quinhentos e quarenta e cinco metros) por esta avenida até atingir o ponto **B**, na confluência com a linha imaginária prolongada da divisa lateral direita do imóvel nº 539, continua por esta linha e percorre 90 m (noventa metros), constituindo o ponto **C**. Nesse ponto, deflete 90º (noventa graus) à direita e prossegue pelo eixo da Rua do Brum até ponto **D**, na confluência com a Rua Primavera e segue até o ponto **E**, na intersecção com o eixo da Rua Bernardo Vieira de Melo. Segue pelo eixo desta via atingindo o ponto F, no limite da divisa lateral direita do penúltimo imóvel voltado para a Travessa Tiradentes (vizinho ao edifício do Moinho Recife). Neste ponto, segue pelos fundos do Moinho até alcançar o ponto **G**, no eixo da Rua Tiradentes, por onde prossegue até alcançar o ponto **H**, na intersecção desta rua com a Rua do Observatório. A partir desse ponto, deflete à direita e segue pelo eixo da Rua do Observatório até alcançar o ponto inicial **A,** fechando-se a poligonal.

Considerações Finais

Evidentemente, o trabalho que ora se desfecha, já se constituindo em um documento, configura-se como um produto de caráter técnico em atendimento às exigências do Programa de Especialização em Patrimônio IPHAN/UNESCO. No entanto, trata-se antes de tudo de um ensaio, na intenção de construção de uma metodologia, do exercício de um trabalho técnico que agrega o conhecimento teórico e o empírico sobre um determinado objeto de preservação e, por que não, de estudo – nesse caso, o Bairro do Recife – em função de demandas institucionais de ordem pragmática.

Nesse sentido, a sugestão da rerratificação esboçada no trabalho carece de estudo de tombamento capaz de esmiuçar os valores agregados pelos elementos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos constituintes da paisagem do bairro. Sua divisão em Unidades de Paisagem fornece algum subsídio para consubstanciar tal estudo, uma vez que ensaia uma caracterização do ponto de vista histórico-morfológico.

A paisagem, utilizada no trabalho como ferramenta metodológica para delimitar o polígono de entorno dos bens tombados isoladamente, passaria a constituir o próprio objeto de proteção, talvez, sob a conotação de paisagem cultural, por ser resultado da ação humana sobre a paisagem natural, abarcando a dimensão material e imaterial, enfim, tratada como uma "paisagem integral", conforme entendeu Josué de Castro.

O estudo de caso apresentado, por sua vez, focando um interesse do ponto de vista histórico e artístico decerto encerra também um valor de antigüidade em relação ao conjunto tombado, cuja argumentação maior para o tombamento gravitou em torno da reforma urbana executada entre 1910 e 1913. Reclama, portanto, um exercício minucioso de valoração, avaliando o nível de conservação ou descaracterização dos bens.

Questões como o transporte fluvial e marítimo e o transporte por terra, feito por maxambombas e pelo bonde elétrico, dos quais remanescem os trilhos em várias partes do bairro também são merecedoras de particular apreciação, assim como as pontes, elementos marcantes na paisagem do bairro e da cidade.

Desse modo, faz-se necessário aprofundar toda a pesquisa, tanto em relação aos valores históricos e artísticos, bem como a quaisquer outros valores que possam ser atribuídos ao patrimônio arquitetônico, urbanístico e paisagístico reunido no Bairro do Recife, considerando os elementos naturais e construídos, além de possíveis abordagens em torno do patrimônio imaterial, a exemplo das lendas da Cruz do Patrão, e do patrimônio subaquático, que não estiveram no escopo do trabalho.

Entende-se, por outro lado, que, além dos reexames acima sugeridos, uma futura revisão do objeto de tombamento deveria conceder especial atenção à paisagem portuária, ao mar e aos arrecifes.

Como paisagem cultural, moldada pela ação da cultura – o agente – a partir da paisagem natural – o meio –, segundo a visão da Geografia Humana, ou na acepção da UNESCO de "obra conjugada do homem e da natureza", o Bairro do Recife, como objeto de interesse patrimonial, agregaria, ao menos, valores histórico, artístico, de antigüidade, de uso, arqueológico, literário, legendário, toponímico e ecológico, entre outros.

Inspirando-se na proeza literária de Mario Sette, não custaria afirmar que o Bairro do Recife, leia-se o porto, ou, em particular, os arrecifes – já que um foi "condição" do outro – revelam um valor toponímico, posto que foram as "pedras plantadas por Deus para darem abrigo e nomear uma cidade". Ou, no simples dizer do Reverendo Baers: "Recife é um arrecife (...) e é também o nome do lugar". O nome do rochedo, do bairro, da cidade, que serviu de motivo para o "Pôrto" e para o "Povo dos Arrecifes", chamada de "cinta de pedra" por Bento Teixeira, "legítimo guarda-marinho" por Vanildo Bezerra Cavalcanti, "cordão de pedra", por Josué de Castro, "muralha de rocha viva" por Vilhena, "trincheira" por Joaquim Nabuco e ainda "pia bastimal da cidade" por Mario Sette, apenas para ficar em alguns exemplos.

Pelo fato de estar enraizada em tantos gêneros literários – narrativas, crônicas, ensaios, poemas, romances, relatos de viajantes ou de técnicos –, a paisagem do Bairro do Recife agregaria ainda um valor literário. Há muito essa paisagem inspira historiadores, cronistas, cientistas, técnicos, poetas, romancistas e viajantes.

Assim, um inventário com a identificação de todos esses valores requer uma pesquisa que envolva muitos profissionais e disciplinas, com grau de aprofundamento que fogem a esse estudo.

Finalmente, resguardadas as dificuldades, inexperiências e/ou limitações técnicas inerentes à realização de qualquer trabalho, sejam de que natureza for, inclusive reconhecendo-se a propriedade de um tratamento multidisciplinar que o patrimônio reivindica, procurou-se concluir esta "tarefa" da melhor maneira possível.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu de Souza; CAZZETTA, Miriam; MELLO, Ulysses Pernambucano de, Neto; MELLO, Virginia Pernambucano de. **Programa de Arqueologia Urbana para a Cidade do Recife: Projeto 01 – Bairro do Recife**. Recife, 2000.

BOITO, Camillo. **Os Restauradores.** Cotia: Ateliê Editorial, 2003. [Tradução do original *I Restauratori*, conferência proferida em 1884. Tradutora: Beatriz Mugayar Kühl].

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004. [Tradução do original *Teoria del Restauro*, publicado em 1963. Tradutora: Beatriz Mugayar Kühl].

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1988.

_____. **Decreto-lei nº 25 de 1937**. Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 30 nov. 1937.

_____. **Lei nº 3.924 de 26-07-1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

_____. **Portaria nº 10 de 10-09-1986**.

_____. **Portaria nº 07 de 01-12-1988**.

_____. **Portaria nº 122 de 02-04-2004**. Dispõe sobre as diretrizes e critérios para intervenções urbanísticas e arquitetônicas em áreas integrantes do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, tombado em nível federal.

CABALLERO, L. La restauración democrática: principios, metodologia y aplicaciones. [s.l; s.n.], 2003.

CAMPELLO, Glauco. Patrimônio e Cidade, Cidade e Patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n. 23, p. 116-125, 1994.

CARTA DE SANTOS. Disponível em: www.mp.sp.gov.br/caouma/ 2encontro/CARTA%20DE%20SANTOS.doc. Acesso 28 mar. 2005.

CASTRO, Josué de. **Fatores de localização da cidade do Recife: Um ensaio de Geografia Urbana**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. O Recife e a origem dos seus bairros centrais. In: **Um Tempo do Recife.** Recife: Arquivo Público Estadual, 1978.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs). **Paisagem, Tempo e Cultura.** Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

CURY, Isabelle (Org). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

CRUZ, Anamaria da Costa; PEROTA, Maria Luiza Loures Rocha; MENDES, Maria Tereza. **Elaboração de referências (NBR 6023/2002)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência: Intertexto, 2002.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **Considerações sobre intervenções em paisagens protegidas por seu excepcional valor.** Rio de Janeiro: [s.n.], 2006. Parecer técnico.

_____. **Projetos para preservação e uso da paisagem histórica.** Palestra realizada no 7º Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, 10 jun. 2004.

EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE. **Bens culturais tombados e preservados**. Recife, 2002.

_____. **Revitalização do Bairro do Recife: Proposta de tombamento do núcleo original da Cidade do Recife – Dentro de Portas**. Recife, 1998, v. 1 e v. 2.

FELIPPE, Ana Paula. Análise da paisagem como premissa para a elaboração do plano diretor. **Paisagem e ambiente: ensaios**, São Paulo, n. 16, p. 135-161, 2002.

FERREZ, Gilberto. Velhas Fotografias Pernambucanas: 1851-1890. Rio de Janeiro: CampoVisual, 1988.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 2005.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Desenho Ambiental: Uma introdução à Arquitetura da Paisagem com o Paradigma Ecológico**. São Paulo: Fapesp: Annablume, 2000.

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE. **Região Metropolitana do Recife: Plano de Preservação de Sítios Históricos**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1978.

GUERRA, Flávio. **Velhas igrejas e subúrbios históricos**. Recife: Fundação Guararapes, 1970.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IPHAN. Ata da 110ª Reunião Conselho Consultivo. Olinda, 1984.

_____. **Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.

LAMAS, José M. R. Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993.

LIRA, Barreto Flaviana. Bairro do Recife: **O patrimônio cultural e o Estatuto da Cidade**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

LUBAMBO, Cátia Wanderley. **Bairro do Recife: Entre o Corpo Santo e o Marco Zero**. Recife: CEPE: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1991.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

MENEZES, José Luiz Mota (Org.). **Atlas Histórico Cartográfico do Recife**. Recife: PCR: Massangana, 1988.

MOREIRA, Fernando Diniz. A aventura do Urbanismo Moderno na cidade do Recife – 1900 a 1965. In: LEME, Maria Cristina da Silva (Org.). **Urbanismo no Brasil: 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel: FAUUSP: Fupam, 1999.

_____. **A Construção de uma cidade moderna: Recife (1909-1926)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1994.

MOTTA, Lia. O patrimônio das cidades. In: SANTOS, Afonso Carlos Marques do; KESSEL, Carlos; GUIMARAENS, Cêça (Orgs.). **Museus & Cidades: livro do seminário internacional**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Anais Pernambucanos 1666-1700**. 2. ed. Recife: Fundarpe, v. 4, 1983.

_____. **Anais Pernambucanos 1795-1817**. 2. ed. Recife: Fundarpe, v. 7, 1983.

_____. **Anais Pernambucanos 1824-1833**. 2. ed. Recife: Fundarpe, v. 9, 1983.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Preservação de Sítios Históricos**. Recife, 1981.

PREFEITURA DO RECIFE. **Revisão do Plano Diretor: Texto-base**. Recife, 2004.

RECIFE. **Lei nº 16.176**. Recife: Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife, 1996.

_____. **Lei nº 16.290**. Recife: Lei Sítio Histórico Bairro do Recife, 29-01-1997.

_____. **Lei nº 16.293**. Recife: Regiões Político-Administrativas do município do Recife, 01-02-1997.

REIS, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

RIEGL, Aloïs. **El culto moderno a los monumentos.** Madrid: Visor, 1999.

RÖSSLER, Mechtild. **Los paisajes culturales y la Convención del patrimonio mundial cultural y natural**: **resultados de reuniones temáticas previas**. Reunión de Expertos sobre Paisajes Culturales en Meso América. San José, Costa Rica: Centro del Patrimonio Mundial/Oficina UNESCO para América Central sep. 2000. Disponível em: <http://www.condesan.org/unesco/Cap%2006%20metchild%20rossler.pdf>. Acesso em: jan. 2006.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita. A paisagem cultural e os jardins de Burle Marx no Recife. In: PONTUAL, Virgínia; SÁ CARNEIRO, Ana Rita (Orgs.). **História e Paisagem:** E**nsaios urbanísticos do Recife e de São Luís**. Recife: Bagaço, 2005.

SETTE, Mario. **Arruar**: **História Pitoresca do Recife Antigo**. Rio de Janeiro: CEB, 1948.

SILVA, Regina Coeli Pinheiro. Compatibilizando os instrumentos legais de preservação arqueológica no Brasil: O decreto-lei nº 25/37 e a Lei nº 3.924/61. **Revista de Arqueologia**, n. 9, p. 9-23, 1996.

_____. Patrimônio Arqueológico: Memória e Educação. **Caderno de Ensaios**. Rio de Janeiro: IBPC, Deprom, Paço Imperial, 1992.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

UNESCO. **Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention**. Paris: World Heritage Centre, 2005.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração.** Cotia: Ateliê Editorial, 2003. [Tradução do verbete *Restauração,* publicado no *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XI au XVI siècle*. Tradutora: Beatriz Mugayar Kühl].

ZANCHETI, Sílvio; MARINHO, Geraldo; LACERDA, Norma (Orgs). **Revitalização do Bairro do Recife: Plano, Regulação e Avaliação**. Recife: UFPE, 1998.

http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm. Acessado em 11 de abril de 2005.

http://www.recife.pe.gov.br/especiais/bairrodorecife. Acessado em 14 de outubro de 2005.